**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**Silvânia de Souza Abrantes**

# POR POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO À LEITURA NOS CENTROS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO CONTINUADA (CESEC) EM MINAS GERAIS:

PROPOSIÇÃO DE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS

**Belo Horizonte**
**2023**

**Silvânia de Souza Abrantes**

# POR POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO À LEITURA NOS CENTROS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO CONTINUADA (CESEC) EM MINAS GERAIS:

PROPOSIÇÃO DE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública, como requisito parcial para obtenção do Certificado de Especialista.

Orientador: Professor Dr. Frank Magalhães de Pinho

**Belo Horizonte**

**2023**

Ficha catalográfica

A161p 2023

Abrantes, Silvânia de Souza.
Por políticas públicas de fomento à leitura nos centros estaduais de educação continuada (CESEC) em Minas Gerais [manuscrito]: proposição de diretrizes para a elaboração de indicadores sociais / Silvânia de Souza Abrantes. – 2023.
52 f.;.

Orientador: Frank Magalhães de Pinho.

Monografia (especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.
Inclui bibliografia.

1. Administração. 2. Gestão pública. I. Pinho, Frank Magalhães de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. III. Título.

CDD: 658

Elaborado por Rosilene Santos - CRB-6/2527
Biblioteca da FACE/UFMG. – RSS/95/2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CENTRO DE APOIO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - CAED
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

## FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME: **SILVÂNIA DE SOUZA ABRANTES, Nº. DE REGISTRO: 2022707430**

TRABALHO FINAL: "**POR POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO À LEITURA NOS CENTROS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO CONTINUADA (CESEC) EM MINAS GERAIS: PROPOSIÇÃO DE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS**".

Trabalho de Conclusão da Especialização apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pública, do Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

**APROVADA** em 27 de setembro de 2023, pela Banca Examinadora constituída pelos Membros:

Prof. Dr. Frank Magalhaes de Pinho (Orientador FACE/UFMG)

Prof. Dr. Ricardo Augusto Oliveira Santos (Membro da Banca Examinadora CEPEAD/UFMG)

Profa. Dra.Thaís Alves dos Santos (Membro da Banca Examinadora CCJE/UFES)

Documento assinado eletronicamente por **Thaís Alves dos Santos**, **Usuária Externa**, em 26/01/2024, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Augusto Oliveira Santos**, **Usuário Externo**, em 26/01/2024, às 20:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Antonio Artur de Souza**, **Professor do Magistério Superior**, em 08/02/2024, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Frank Magalhaes de Pinho**, **Subcoordenador(a)**, em 16/02/2024, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2992191** e o código CRC **871988CC**.

**Resumo**

Diante dos desafios relacionados à promoção da leitura no contexto nacional e das dificuldades enfrentadas na formulação de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento da prática de leitura em pessoas jovens e adultas nos Centros Estaduais de Educação Continuada (CESEC) em Minas Gerais, esta pesquisa buscou apresentar e detalhar diretrizes para a criação de indicadores sociais capazes de orientar agentes sociais e políticos nessa complexa missão. A metodologia adotada incluiu um estudo doutrinário, concentrando-se especialmente na área da linguística, para compreender a importância da leitura como uma prática social significativa e emancipadora. Adicionalmente à revisão bibliográfica, o enfoque documental, por meio de dados provenientes de pesquisas e diretrizes do currículo da educação brasileira, foi crucial como base para a definição de diretrizes assertivas em relação às reais demandas da população quanto a essa prática. Destaca-se também a consideração do público-alvo da pesquisa como protagonista no processo de ensino-aprendizagem, o que motivou a busca por estudos específicos sobre os CESEC. Essa abordagem possibilitou a identificação de pontos comuns para o entendimento das diretrizes que devem ser consideradas na elaboração de políticas públicas, visando atender às necessidades particulares do referido público. Dessa forma, o estudo propõe uma base sólida para orientar a criação de políticas públicas eficazes, alinhadas às reais exigências e desafios enfrentados pelos(as) estudantes nos CESEC, promovendo, assim, uma prática leitora mais abrangente e efetiva.

Palavras-chave: políticas públicas; leitura; CESEC.

**Abstract**

In the face of challenges related to promoting literacy on a national level and the difficulties encountered in formulating public policies aimed at developing reading practices in young and adult individuals at the State Centers for Continuing Education (CESEC) in Minas Gerais, this research sought to present and detail guidelines for the creation of social indicators capable of guiding social agents and policymakers in this complex mission. The adopted methodology included a doctrinal study, focusing especially on the field of linguistics, to comprehend the importance of reading as a meaningful and empowering social practice. In addition to the literature review, the documentary approach, using data from research and guidelines from the Brazilian education curriculum, was crucial as a basis for defining assertive guidelines regarding the actual demands of the population regarding this practice. It is also noteworthy to consider the research's target audience as protagonists in the teaching-learning process, motivating the search for specific studies on CESEC. This approach facilitated the identification of common points for understanding the guidelines that should be considered in the development of public policies, aiming to meet the unique needs of the mentioned audience. Thus, the study proposes a solid foundation to guide the creation of effective public policies, aligned with the real demands and challenges faced by students in CESEC, thereby promoting a more comprehensive and effective reading practice.

Keywords: public policies; reading; CESEC.

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Níveis de alfabetismo ..... 20
Figura 2 - Percentual de pessoas que leem ..... 21
Figura 3 - Preferências no tempo livre ..... 22
Figura 4 - Qual é o significado da leitura para as pessoas em Minas Gerais ..... 25
Figura 5 - O que mineiros e mineiras fazem no tempo livre ..... 26
Figura 6 – Comparativo ente as média de leitores (as) no em Minas Gerais e no Brasil ..... 27
Figura 7 - Desempenho de estudantes no Ensino Fundamental ..... 29
Figura 8 - Desempemho de estudantes do Ensino Médio ..... 30
Figura 9 - O que a biblioteca representa ..... 32

**SUMÁRIO**

**1 INTRODUÇÃO** ..... 9

**2 CONTEXTOS SOCIAL E ESCOLAR DA LEITURA NOS CAMPOS DA LINGUÍSTICA E DA EDUCAÇÃO** ..... 13

**3 PRÁTICA LEITORA NO BRASIL: UM PANORAMA** ..... 17

3.1 O QUE DIZ A BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM (BNCC) E O QUE SE TEM FEITO ..... 17

3.2 O QUE APONTAM AS PESQUISAS A NÍVEL NACIONAL ..... 19

**4 A SITUAÇÃO EM MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS DADOS DO ESTADO E OS DO PAÍS** ..... 24

4.1 OS CENTROS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO CONTINUADA (CESEC) EM MINAS GERAIS ..... 30

**5 POLÍTICAS PÚBLICAS E INDICADORES SOCIAIS** ..... 34

**6 METODOLOGIA** ..... 37

**7 RESULTADOS** ..... 40

7.1 ANOS ANTERIORES E CONTEXTO ATUAL ..... 40

7.2 PROPOSIÇÃO DE SEIS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DE POSSÍVEIS INDICADORES QUE CONTRIBUAM PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS AO DESENVOLVIMENTO DA PRÁTICA LEITORA ..... 42

7.3 PROJEÇÕES PARA O FUTURO ..... 45

7.4 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO ..... 46

**8 CONSIDERAÇÕES FINAIS** ..... 49

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** ..... 51

**ANEXO A – PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA, EM ÂMBITO NACIONAL, APRESENTADAS POR OLIVEIRA (2011)** ..... 54

# 1 INTRODUÇÃO

Com base em dados de pesquisas e experiências vivenciadas, é possível constatar a urgência de políticas públicas na área educacional. Essas políticas devem abranger não apenas o ambiente escolar, mas também o social, visando promover o desenvolvimento da leitura de forma satisfatória pela maior parte da população no Brasil. Assim, ainda que já existam algumas políticas públicas voltadas para o tema, considerando que os dados são alarmantes, faz-se necessário um empenho efetivo na descrição de indicadores sociais que permitam fornecer mais elementos e maior segurança quando se pretende investir na cultura do letramento.

Prevista na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) como um dos eixos da educação básica na disciplina de Língua Portuguesa, a leitura ainda constitui um elemento a ser largamente comtemplado em políticas públicas no Brasil. Isso porque dados referentes ao assunto têm demonstrado tal necessidade, principalmente nas escolas, local em que a abordagem adotada tem se mostrado ineficiente. Somado a isso, muitos estudos evidenciam a relevância do ato de ler e sua repercussão positiva na vida social. É devido a esses fatores que a presente pesquisa tem como escopo a definição de diretrizes que possam contribuir na formulação de indicadores a serem utilizados na elaboração de políticas públicas voltadas para a leitura. Como recorte espacial, adota os Centros Estaduais de Educação Continuada (CESEC), modalidade de ensino voltada para jovens e adultos que decidiram retomar ou mesmo iniciar os estudos.

É válido lembrar que a referida prática/competência/habilidade é foco de muitos projetos, tanto a nível nacional quanto estadual ou municipal. Alguns exemplos são os seguintes programas e políticas públicas: o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), que distribui livros literários nas escolas públicas; a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), que, de acordo com Moraes (2018), “permite à sociedade cobrar do Poder Executivo a elaboração de um plano com o objetivo de instituir políticas claras e efetivas para o livro e a leitura”; a Plataforma Pró-livro, ferramenta digital cuja finalidade é o mapeamento de ações de fomento à leitura; a Lei nº 18.132/99, que institui a Política Estadual do Livro, em Minas Gerais.

Convém salientar, entretanto, que, ainda que haja forte engajamento no intuito de promover melhorias no desenvolvimento da leitura da população brasileira, especialmente na fase escolar, dados de pesquisas e resultados de avaliações externas têm apontado déficits bastante significativos no que concerne a essa prática de linguagem. Muito se deve à forma de abordagem da prática leitora pelas escolas, que desconsidera o fato de que a leitura envolve

muito mais do que apenas decodificar palavras, englobando não só a interpretação implícita, mas também as conexões que devem ser feitas a partir do repertório sociocultural que se presume da pessoa que lê. Conforme aponta Firmino (2006, p. 3), "ler significa muito mais do que decodificar". É nessa ocasião que se é questionado pelo mundo e por si mesmo. Para a autora, a partir do processo de leitura, entende-se muita coisa, entretanto é necessário ter acesso à escrita produzida, a qual permite a interação entre texto e leitor. Além disso, durante esse processo, o (a) leitor (a) conecta seus conhecimentos prévios aos novos conhecimentos proporcionados pelo texto a que se tem acesso. Tudo isso constitui a criação de significados.

A autora destaca, como se nota, a importância do conhecimento de mundo, isto é, o repertório (ou "bagagem") que o ser leitor vai adquirindo ao longo de sua vida, por meio de suas experiências, suas vivências. Mas não é só isso. O inverso também se dá: ao entrar em contato com leituras diversas, é possível assimilar ou, ao menos, vivenciar outros mundos. Há, portanto, um embricamento entre o texto e a pessoa que o lê. O mesmo entendimento foi apresentado por Freire (1989, p. 13), ao se referir à sua experiência na educação de jovens e adultos, afirmando que a leitura do mundo antecede a leitura da palavra, sendo esta capaz de transformar a realidade do mundo, desde que praticada de modo consciente.

Acrescenta o autor a possibilidade de transformação do mundo (ou da própria realidade), a partir da leitura, uma vez que se toma consciência das construções sociais e dos problemas inerentes a elas. Entretanto, tal possibilidade ainda não está ao alcance de todas as pessoas. É o que mostram dados do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF) e da Plataforma "Retratos da leitura", entre eles o de que três a cada dez pessoas no Brasil com idades entre 15 e 64 anos são consideradas analfabetas funcionais, isto é, apresentam limitações para fazer uso da leitura, da escrita e da matemática em atividades cotidianas. Por outro lado, o que se percebe, pelas pesquisas e resultados positivos de algumas políticas públicas, é que tanto o ambiente escolar, especialmente a biblioteca, quanto a/o docente, assumem papéis importantes e privilegiados no desenvolvimento da prática para a maioria das pessoas que leem. Para Wisniewski e Polak (2009, apud ALVES, 2018), "a biblioteca escolar é a base para a formação de leitores"."

Assim, como se observa, a escola, mas não exclusivamente ela, tem falhado no desenvolvimento da prática leitora de crianças, jovens e adultos(as). Tal contexto apresenta-se em consonância com o que pontua Firmino (2006, p. 2), para quem a escola apenas alfabetiza, ao invés de produzir leitores(as) "capazes de, socialmente, exercer competências de leitura e escrita que os contextos sociais exigem.". Devido a isso, segundo a autora, as escolas precisam

se adequar às demandas da sociedade, isto é, ao “ensino de leitura e escrita como práticas sociais”.

Rocco (1992, p. 42) também corrobora com essa ideia, afirmando que, além de trabalhar a fruição da prática leitora, a escola deve “cuidar dos modos de produção da leitura e da forma pela qual o indivíduo constrói sua atividade de leitor”. Para isso, entretanto, é necessário que o “excessivo pedagogismo”, tão comum nas atividades didáticas formais, seja deixado de lado. Argumento este fortalecido pelo fato de que, segundo os dados apresentados pelo Instituto Pró-livro, a maioria da população toma a decisão de iniciar uma leitura por gosto ou prazer.

Consoante ao cenário ora apresentado, parece-nos sensato refletir a respeito das práticas de leitura até então desenvolvidas no ambiente escolar, tanto as corriqueiras quanto aquelas decorrentes de projetos pedagógicos e/ou políticas públicas, ainda que relativamente bem sucedidos. Uma constatação importante é a de que muitas vezes o olhar atento para a realidade do público leitor – o protagonista do processo de leitura – é negligenciado. Além disso, muitas vezes a preocupação se volta para ações a serem desenvolvidas restrita e exclusivamente no interior das escolas. Em contraposição a esse posicionamento, Foucambert defende a ideia de desescolarização da leitura, ou seja, para ele a formação leitora deve se dar permanentemente e sob a responsabilidade de todas as instâncias educativas, não apenas a da escola.

Consoante as palavras do autor, acontece de algumas pessoas deixarem de progredir na leitura por motivos econômicos e culturais, o que também pode ocorrer com os estudos em geral (a escolarização), fato que acentua a desigualdade social presente na sociedade. Para Cordeiro (2018, p. 1479), “em um país em desenvolvimento, porém, com profundas marcas de desigualdades sociais, é preciso pensar modos de se alcançar sua democratização, que perpassam, invariavelmente, pela solidificação das políticas públicas de leitura.”. Nesse sentido, pensar sobre políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) se apresenta como ato engajador bastante pertinente no que diz respeito ao entendimento de que a prática de leitura se caracteriza como um forte impulsionador para inserção de sujeitos no mundo social, histórico e econômico cada vez mais plural e dinâmico, embora ainda muito excludente.

Em Minas Gerais há uma modalidade semipresencial de EJA, que é ainda mais peculiar. São os chamados Centros Estaduais de Educação Continuada (CESEC). Conforme destaca Resende (2022, p. 73), esses centros são regulamentados pela Resolução SEE/MG nº 2943 de

2016, a qual contribui na orientação da elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do Regimento Interno (RI), documentos que “traçam um caminho para a unidade de ensino”.

Nesses locais, a maior parte da aprendizagem se dá por autonomia do (a) discente, que, por meio de orientação das (os) docentes, deve se dedicar aos estudos também fora da escola e através de diferentes meios pedagógicos, tendo em vista que a carga horária presencial obrigatória é de apenas dezesseis horas por disciplina. Dessa forma, é possível que o curso todo seja finalizado em poucos meses, mas também pode durar anos, pois devido à autonomia e o ritmo de cada estudante, a aprendizagem pode ser mais ou menos acelerada.

Nesses centros, é comum que muitas pessoas fiquem um pouco confusas e necessitem de maiores esclarecimentos sobre o seu funcionamento até que se adaptem à modalidade, visto que estavam acostumadas com o formato de ensino regular oferecido pelas escolas tradicionais. Apesar disso, por outro lado, a partir do momento em que compreendem a dinâmica, passam a usufruir dos meios disponíveis para a aprendizagem, entre eles a consulta frequente aos(às) profissionais da educação, a participação em projetos oferecidos pela escola e o uso da biblioteca. Este último chama a atenção por ser comumente pouco utilizado nas escolas regulares.

Como se verifica, considerando a conjuntura apresentada, a necessidade de descrição de indicadores para a elaboração de políticas públicas voltadas para jovens e adultos na modalidade de ensino desenvolvida nos Centros Estaduais de Educação Continuada (CESEC) em Minas Gerais se mostra urgente. Isso se deve ao fato de esses centros abarcarem um público que, embora bastante diversificado econômica, cultural e socialmente, conforme mostram as pesquisas e apontam os direcionamentos doutrinários, caracteriza-se, em sua maior parte, por sofrer com as desigualdades sociais. Particularidade que se reflete, inclusive, na prática da leitura.

Tal é o objetivo da presente pesquisa, realizar um levantamento de diretrizes para a elaboração de possíveis indicadores sociais. Quanto a isso, vale dizer que estes podem (e devem) ser levados em consideração na formulação de uma política pública com vistas a promover o desenvolvimento eficiente (no sentido defendido no presente estudo) da prática de leitura direcionadas aos Centros educacionais, foco da corrente pesquisa.

# 2 CONTEXTOS SOCIAL E ESCOLAR DA LEITURA NOS CAMPOS DA LINGUÍSTICA E DA EDUCAÇÃO

A valorização da leitura tem se propagado no seio da sociedade brasileira, seja porque cada vez mais o ser humano tem se comunicado na modalidade escrita da língua, porque a prática da leitura tem se apresentado essencial no cotidiano das pessoas, ou porque muito se tem ouvido falar, em diferentes meios e contextos, a respeito da importância do ato de ler... Em Minas Gerais, uma pesquisa realizada em 2014, pela Câmara Mineira do livro, demonstrou que, para 68,64% dos(as) leitores(as) entrevistados no estado, a leitura representa "fonte de conhecimento para a vida". As possibilidades de explicação para tal percepção de importância da leitura são inúmeras, mas o fato é que a problemática associada à defasagem no desenvolvimento da leitura, seja esta elementar ou mais profunda, ainda persiste.

Diante desse cenário, questiona-se sobremaneira acerca do cerne do problema. Estaria ele relacionado às práticas escolares? Tal questionamento não é uma preocupação exclusiva do momento atual. Na década de 80, Paulo Freire já se debruçava sobre ele ao trabalhar com a alfabetização de jovens e adultos na EJA. Defendia o autor (1989, p. 10 e seguintes) que a leitura da palavra não pode ser desprendida da leitura do mundo. Essa convicção evidencia a noção de leitura como prática social, isto é, algo que, juntamente com as outras formas de uso da linguagem (a escrita, a fala e a escuta), é praticado (deve ser praticado) no contexto das relações sociais.

No âmbito doutrinário, especialmente na área da linguística, a importância do ato de ler também é defendida por Firmino (2006), que expõe as razões dessa valoração da prática leitora. Segundo ela,

> É por meio da leitura que temos acesso a maior parte dos conhecimentos acumulados pela humanidade, ampliamos nossa visão de mundo, desenvolvemos a compreensão, a comunicação e o senso crítico. Colocando-nos em contato com um mundo simbólico e abstrato, a palavra escrita torna possível a vivência de realidades diversas e a descoberta de pessoas e ideias. A leitura é, portanto, portas para vivermos plenamente nossa cidadania, transformando a nós mesmos e a realidade que nos cerca. (FIRMINO, 2006, p. 3)

Essa postura traz o entendimento de que a leitura suscita a aquisição de conhecimentos e amplia a visão de mundo, passando a desenvolver o censo crítico de quem lê. Desse modo, a pratica é associada à leitura reflexiva, em contraposição à leitura decodificada. Similarmente, esse dimensionamento da prática, permeia o repertório de conhecimentos de uma parcela significativa da população leiga. Quanto a isso, defende Freire (1989, p. 9) que "a compreensão

crítica do ato de ler não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas se antecipa e se alonga na inteligência do mundo".

Assim, o esperado é que a leitura, para ser considerada eficaz, funcional e transformadora, seja dotada de sentido, ao invés de apenas representar a identificação das palavras presentes no texto, de modo desprovido de contextualização e ausente de significação. Para tal, vale destacar que a prática terá melhor resultado se estiver associada ao *modus vivendi* do sujeito que se insere no mundo, agindo e interagindo com este. Por isso, vai ao encontro das ideias aqui defendidas o seguinte entendimento do renomado pedagogo brasileiro:

> A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE, 1989, p. 9)

Esse entendimento mais abrangente nos direciona ainda ao conceito de letramento, termo adotado por Soares (1998) para definir o desenvolvimento de habilidades responsáveis pela leitura e escrita eficientes e adequadas às variadas situações nas esferas pessoal, social e escolar. Nas palavras da autora, esse processo ocorre nos contextos "em que precisamos ou queremos ler ou escrever diferentes gêneros e tipos de textos, em diferentes suportes, para diferentes objetivos, em interação com diferentes interlocutores, para diferentes funções" (SOARES, 1998).

Diante disso, dois problemas se apresentam, tendo em vista o que apontam os estudos. O primeiro diz respeito ao fato de que as escolas têm se mostrado muito tradicionalistas ao se prenderem a práticas ultrapassadas e que não levam em consideração o contexto sócio cultural de cada estudante ou de determinados grupo de estudantes. O segundo refere-se ao fato de que a maior parte do trabalho realizado com o foco no desenvolvimento da leitura restringe-se ao ambiente escolar, o que, para Foucambert, deve ser combatido. De acordo com ele,

> Aprende-se a ler em qualquer idade e continua-se sempre aprendendo. A escola é um momento da formação do leitor. Mas se essa formação for abandonada mais tarde, ou seja, se as instâncias educativas não se dedicarem sempre a ela, teremos pessoas que, por motivos sociais e culturais, continuarão sendo leitores e progredirão em suas leitura, e outras que retrocederão e abandonarão qualquer processo de leitura. (FOUCAMBERT, apud FIRMINO, 2006, p.5)

Ao se afirmar que a leitura constitui uma prática social, admite-se que ela faz parte do cotidiano das pessoas em suas mais diversas interações umas com as outras. Para a concepção

da leitura como prática social e para o reconhecimento da importância de se desenvolver tal habilidade, a vigente pesquisa baseia-se nos estudos de Firmino (2006), Cordeiro (2018), Freire (1989) e Rocco (1992), além de Foucambert (apud FIRMINO, 2006) e Wisniewski e Polak (apud ALVES, 2018). A partir deles, é possível assumir que o trabalho a ser realizado nas escolas, envolvendo a prática leitora, deve levar em consideração a realidade social do (a) estudante. Isto porque a desigualdade social afeta a permanência de uma parcela da população na escola e, consequentemente, no desenvolvimento da referida prática de linguagem por essa, Além disso, essa discrepância social pode ser perpetuada devido à ausência de consciência crítica a respeito do mundo em que se vive. Consciência esta que inclusive pode ser desenvolvida, entre outros meios, através de uma considerável prática leitora.

Nesse viés, entende-se a relevância da leitura como um elemento fundamental no processo de transformação da realidade socioeconômica e cultural da população, tendo em vista seu poder transformador. Daí a importância da escola como um dos principais ambientes de desenvolvimento de práticas leitoras eficazes, as quais sugerem a desescolarização da leitura, isto é, a exclusão de medidas padrões que restringem a leitura ao ambiente escolar ao invés de expandi-la para além dele. Nesse contexto, vale destacar mais uma vez que a leitura não pode se resumir a apenas decodificar palavras, mas deve ser mais ampla e dinâmica.

Firmino (2006, p. 3) esclarece que

> Ler significa ser questionado pelo mundo e por si mesmo, significa buscar respostas que podem ser encontradas na escrita, mas que para isso, é preciso ter acesso a essa escrita; significa um processo de interação entre texto e leitor. Ler significa construir uma resposta que integra conhecimentos prévios a novos conhecimentos que o texto escrito proporciona. A leitura é, portanto, um ato; um meio de interrogação para o qual não tolera a amputação de nenhum de seus aspectos. Ler é, essencialmente, criar significados.

Assim, para a construção de sentido do texto através do ato de ler, englobando questionamentos e junção de conhecimentos prévios aos novos, faz-se necessário uma postura mais crítica por parte da escola. Conforme propõe Rocco (1992, p. 42), além de trabalhar a fruição da prática leitora, a escola deve "cuidar dos modos de produção da leitura e da forma pela qual o indivíduo constrói sua atividade de leitor". Para isso, entretanto, é necessário que o "excessivo pedagogismo", tão comum nas atividades didáticas formais, seja deixado de lado.

Quanto ao uso da biblioteca, local de excelência para a prática leitora, Lourenço Filho (1946, pág. 4) pontua que este é complementar ao ensino, tendo em vista que, segundo ele, "uma escola sem biblioteca é instrumento imperfeito". Por outro lado, uma biblioteca sem ensino constitui "instrumento vago e incerto", pois é necessário que haja estímulo, coordenação

e organização da leitura nas práticas desenvolvidas. Paralelamente a essa ideia, Alves et al. (2018) apresentam um fragmento de Wisniewski e Polak (2009), ressaltando a relevância tanto da biblioteca pública quanto da escolar, em relação à formação de leitores:

> (...) Tanto a biblioteca pública quanto a escolar têm seu papel e sua importância na formação de leitores, porém, se os profissionais da educação não incentivarem o hábito de frequentá-las, corre-se o risco de quando o período escolar acabar o aluno fique sem rumo. É preciso mostrar o caminho para se chegar à leitura (Wisniewski & Polak, 2009 apud ALVES, 2018, p. 412).

Nota-se, portanto, o significante papel da biblioteca no processo de letramento, sem contudo preterir a atuação do (a) discente. É crucial que ambos estejam interligados em prol do sucesso da aquisição da aprendizagem. Vale salientar que quando se usa a biblioteca, o seu uso é, na maioria das vezes, associado à prática de atividades promovidas pela escola. Consoante dados da pesquisa *Retratos da leitura no Brasil*, apenas 17% da população brasileira frequenta bibliotecas (escolares ou públicas) sempre ou às vezes e que a maioria (51%) vai às bibliotecas para pesquisar ou estudar e não para leitura prazerosa.

# 3 PRÁTICA LEITORA NO BRASIL: UM PANORAMA

Cumpre lembrar que o foco do presente trabalho, tendo em vista a preocupação com a elaboração eficaz e pertinente de políticas públicas educacionais envolvendo práticas leitoras, está na tentativa de se listar e descrever diretrizes para possíveis indicadores sociais. Para isso, é elementar que se tenha um entendimento a respeito da prática leitora, tanto no âmbito escolar quanto no social, envolvendo a conjuntura nacional, mas também a estadual mais especificamente.

Nesse sentido, o capítulo 2 traz uma visão de como é tratada a questão da leitura pelas autoridades educacionais no país e como ela tem sido recebida pela população em geral, conforme mostram as pesquisas. Além disso, busca-se entender o contexto em que se encontra o estado de Minas Gerais e, mais especificamente, a modalidade de educação continuada voltada para jovens e adultos, desenvolvida nos Centros Estaduais de Educação Continuada (CESEC).

## 3.1 O QUE DIZ A BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM (BNCC) E O QUE SE TEM FEITO

O documento curricular mais elementar e essencial que existe no contexto educacional brasileiro, destinado ao ensino de todos os conteúdos na educação básica, é a Base Nacional Curricular Comum (a BNCC), que serve como guia para todos os estados da federação. De acordo com ela, "o **Eixo Leitura** compreende as práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação". Sendo assim, o universo do letramento assume um sentido amplo que inclui, além de textos escritos, imagens estáticas, sons e vídeos. Tais leituras podem atender a diferentes finalidades, em concordância com o referido documento:

> fruição estética de textos e obras literárias; pesquisa e embasamento de trabalhos escolares e acadêmicos; realização de procedimentos; conhecimento, discussão e debate sobre temas sociais relevantes; sustentar a reivindicação de algo no contexto de atuação da vida pública; ter mais conhecimento que permita o desenvolvimento de projetos pessoais, dentre outras possibilidades. (BRASIL, 2018)

Assim como os outros eixos de integração propostos para o ensino fundamental, a leitura é também contemplada no ensino médio, no qual eles recebem o nome de práticas de linguagens, sendo uma preocupação inclusive da educação de jovens e adultos (a EJA). Assim, em consonância com esta última preocupação, Alves et al. (2018) afirmam que "ao estudante

jovem e ao adulto, deve ser oferecida a possibilidade de desenvolver o gosto pela leitura e pela literatura".

Ainda que a possibilidade de leitura em todo o contexto leitor seja múltipla, o recorte da presente pesquisa é a leitura de livros diversos, em sua modalidade verbal com ou sem imagens. Dessa maneira, reconhece-se a importância do chamado multiletramento, termo que leva em consideração as mais variadas formas de letramento: visual, oral, musical, alfabética, corporal etc. No entanto, por questões metodológicas e teleológicas, há que se restringir à prática de letramento supramencionada, aquela que é contemplada nos dados de pesquisas utilizados no corrente estudo.

Várias são as tentativas de promoção da leitura no país e de, a partir daí, alavancar os índices referentes à prática. Moraes (2018), em artigo publicado no "Portal Coletivo Leitor" destaca cinco políticas públicas e privadas que ajudam a fomentar a leitura e a literatura no Brasil. Um deles, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) Literário, é um projeto que se destina à escolha de livros de literatura com foco nas escolas da rede pública. Esse programa nasceu em 2018 com o intuito de levar obras literárias para escolas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Além desse, a autora cita: a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) - Lei Castilho, graças à qual a sociedade pode exigir que o Poder Executivo crie um plano "com o objetivo de instituir políticas claras e efetivas para o livro e a leitura" (MORAES, 2018); o Programa Nacional do Livro e Leitura (PNLL), o qual estabelece eixos, metas e pormenores para a implantação das políticas de livro e leitura no país; a Plataforma Pró-livro, uma "ferramenta digital destinada à construção colaborativa de um mapeamento de ações de fomento à leitura" e o programa desenvolvido pelo Instituto Moreira Salles, instituição sem fins lucrativos que atua em quatro áreas: fotografia, música, literatura e iconografia.

Há também o estudo acadêmico de OLIVEIRA (2011), que se destaca como uma contribuição significativa ao abordar o tema das políticas públicas de fomento à leitura. Na sua tese de doutorado, a autora realiza uma análise abrangente, apresentando um quadro elucidativo (anexo A) que cataloga as principais instituições e políticas públicas desenvolvidas em âmbito nacional. Dentre essas iniciativas, merecem destaque o Instituto Nacional do Livro e o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER). Essa compilação de informações enriquece o entendimento sobre as ações empreendidas, fornecendo uma base sólida para análises mais detalhadas e debates no campo das políticas públicas para o estímulo à leitura.

No trabalho de Oliveira (2011, p. 20 et seq.), um aspecto relevante abordado é o Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), desenvolvido em colaboração pelo Instituto Paulo Montenegro e pela associação civil Ação Educativa. No âmbito desse indicador, as instituições definem como analfabeta funcional aquela pessoa que, mesmo possuindo a capacidade de ler e escrever, carece das habilidades essenciais de leitura, escrita e cálculo necessárias para viabilizar seu pleno desenvolvimento pessoal e profissional. A conceituação precisa fornecida pelo INAF revela a importância de ir além da mera aquisição de habilidades básicas de leitura e escrita, destacando a necessidade de desenvolver competências funcionais que permitam a aplicação prática dessas habilidades no cotidiano e no contexto profissional. A atenção dada a esse indicador por Oliveira destaca a complexidade do alfabetismo funcional e sua relevância na compreensão mais abrangente do panorama educacional e social.

Nota-se que o conceito de analfabetismo funcional está intrinsecamente ligado ao de letramento, conforme apresentado por Soares, ao considerar a leitura como uma prática social. Isto é, a habilidade de ler não é apenas uma destreza isolada, mas uma ação que se concretiza no seio da sociedade, adquirindo uma funcionalidade específica em determinado contexto social. Nessa perspectiva, se a meta é aprimorar a prática leitora, torna-se imperativo realizar uma análise aprofundada dos índices apresentados pelas pesquisas desenvolvidas na área. Essa análise não apenas complementa, mas enriquece a compreensão das demandas educacionais no campo da leitura. Atitude que se mostra essencial para orientar estratégias eficazes de melhoria da prática leitora e, consequentemente, promover uma educação mais alinhada às demandas da sociedade contemporânea.

## 3.2 O QUE APONTAM AS PESQUISAS A NÍVEL NACIONAL

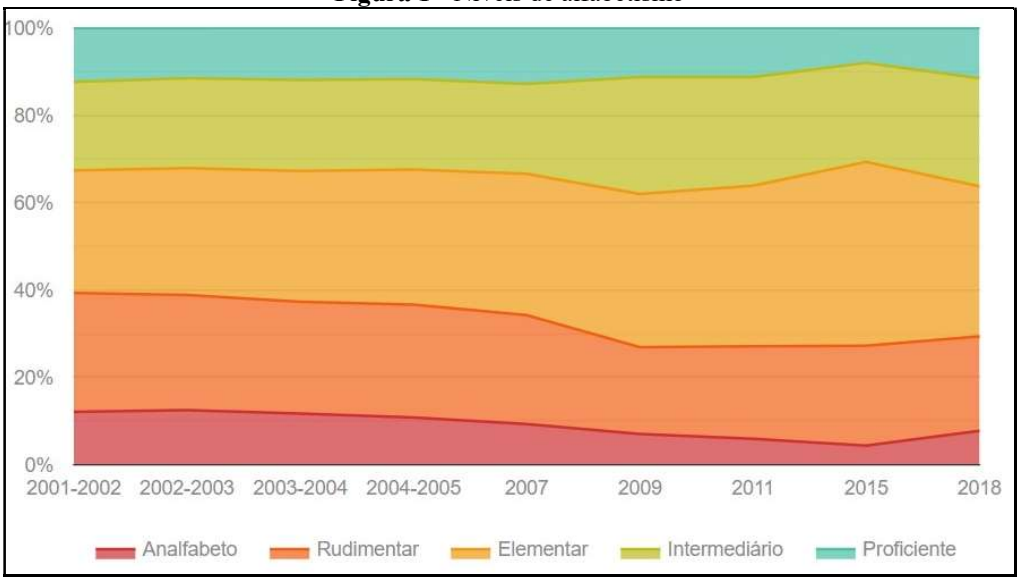
Um dos principais indicadores de pesquisa no país, o Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF)[1], criado em 2001, retrata a realidade da educação básica no Brasil acerca da capacidade de leitura e interpretação de textos. A pesquisa é realizada por meio de testes cognitivos e entrevistas, envolvendo duas dimensões a serem avaliadas: o letramento (textos verbais) e o numeramento (textos numéricos). Deste modo, obtém-se informações sobre o nível de alfabetismo da população compreendida na faixa etária de 15 a 64 anos.

A taxa de analfabetismo funcional na faixa etária de 15 anos ou mais, conforme dados do INAF, tem apresentado uma tendência de redução ao longo dos anos. Em 2020, atingiu

[1] Disponível em: < https://alfabetismofuncional.org.br/alfabetismo-no-brasil >. Acesso em 31 ago. 2023.

12,7%, aproximando-se da meta estabelecida para 2024, que é de 9,2%. Essa queda reflete avanços nas políticas e práticas educacionais, sinalizando um progresso significativo na promoção do alfabetismo funcional. No entanto, é importante destacar que a pesquisa adota uma abordagem abrangente com cinco níveis de alfabetismo funcional, do "analfabetismo" ao "proficiente". Mesmo com a redução global da taxa, a existência de múltiplos níveis ressalta a complexidade do desafio, indicando a necessidade contínua de abordagens educacionais diferenciadas para atender às diversas demandas em vários estratos da sociedade. Essa análise contextualizada fornece uma compreensão mais completa do panorama do alfabetismo funcional, oferecendo insights relevantes para guiar futuras estratégias educacionais e políticas públicas. O gráfico a seguir (figura1) mostra o desempenho da população brasileira de 2001 a 2018.

**Figura 1** - Níveis de alfabetismo




Fonte: INAF, 2018.

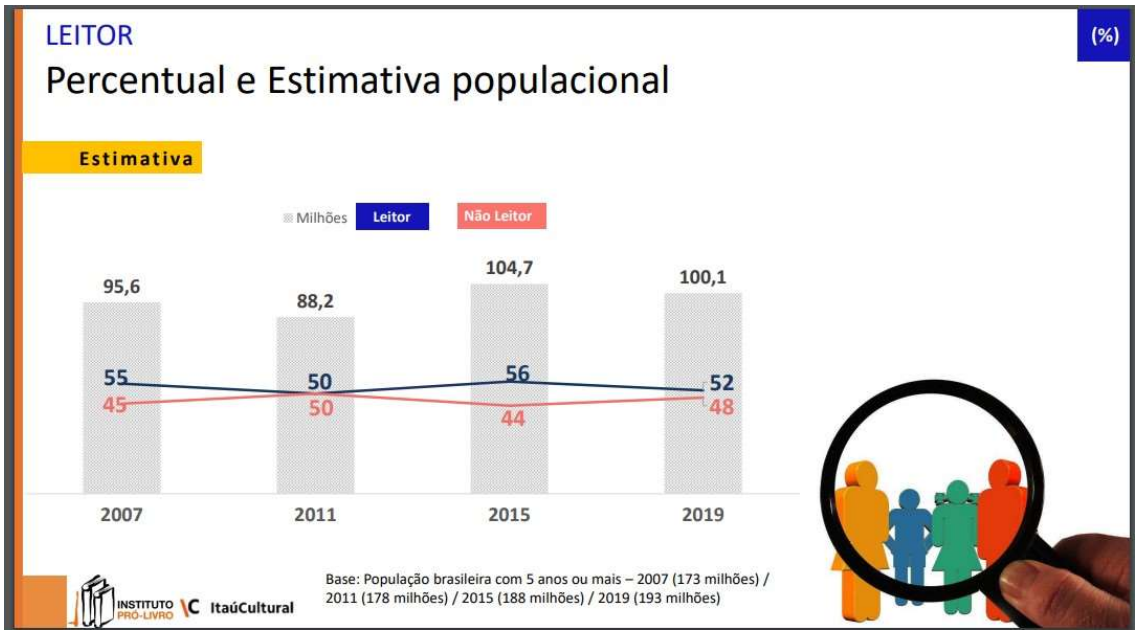
Considerando que, para fins de análise, os cinco níveis são agrupados em três (analfabeto funcional, elementar e alfabetismo consolidado), apenas 40% da população pode ser considerada satisfatoriamente alfabetizada funcional, ou letrada. Isso porque apenas as duas faixas mais ao topo compreendem a população cujo alfabetismo está consolidado. Esse cenário pode ter como uma das explicações o fato de a maioria da população não ter o hábito de leitura, o que pode ser explicado, dentre outros fatores pela ausência de políticas públicas eficazes destinadas à promoção dessa prática no Brasil.

A 5ª edição da pesquisa "Retratos da Leitura no Brasil", conduzida pelo Instituto Pró-livro em colaboração com o Itaú Cultural e o Ibope Inteligência, apresenta dados reveladores

sobre a prática leitora no país. Entre as informações mais significativas, destaca-se o fato de que 80% das pessoas entrevistadas expressaram o desejo de ler mais. Surpreendentemente, a falta de tempo emergiu como o principal obstáculo para a realização desse anseio, sendo apontada por 47% dos participantes como o fator preponderante que contribui para essa impossibilidade. Essa constatação ressalta não apenas o interesse latente na leitura, mas também os desafios práticos que os indivíduos enfrentam em meio a rotinas cada vez mais agitadas.

A definição de leitor e não-leitor também é levada em consideração na pesquisa "Retratos da Leitura no Brasil". Nesse contexto, considera-se leitor aquele que, total ou parcialmente, tenha dedicado tempo à leitura de pelo menos um livro nos últimos três meses. Por outro lado, caracteriza-se como não-leitor o indivíduo que declara não ter lido nenhum livro nos últimos três meses, mesmo que tenha tido alguma experiência de leitura nos últimos doze meses. A figura 2 a seguir mostra a estimativa da população que lê no país:

**Figura 2** - Percentual de pessoas que leem

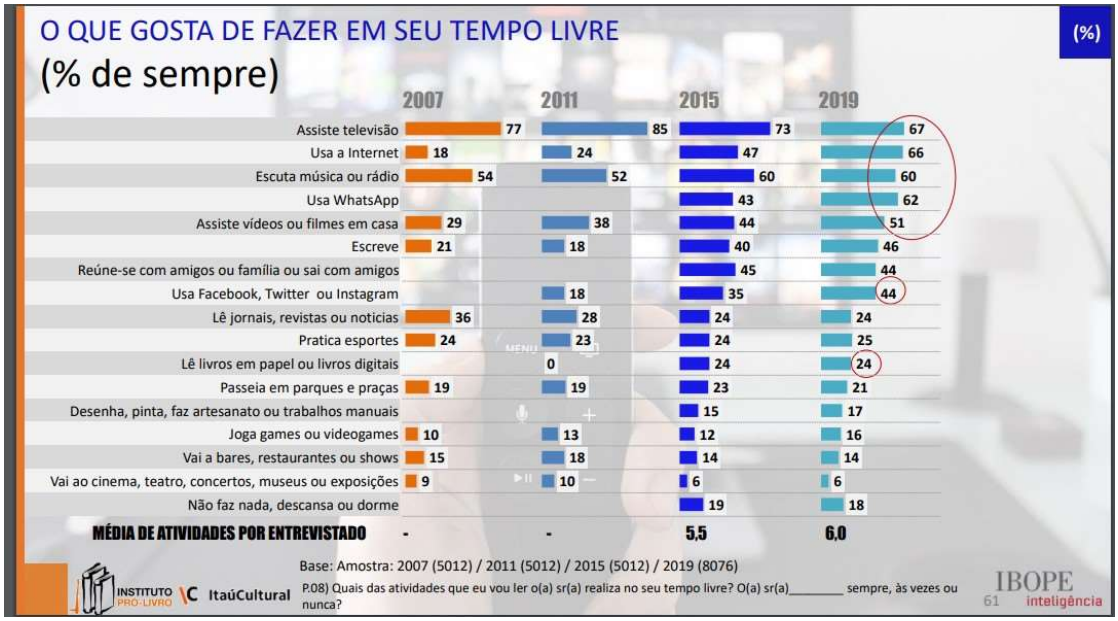



Fonte: Instituto Pró livro, 2018.

A análise da definição de leitor e não-leitor evidencia que um pouco mais da metade da população pode ser classificada como leitora, conforme os critérios estabelecidos. Apesar de a falta de tempo ser frequentemente apontada como justificativa para a ausência de práticas leitoras, a pesquisa revela que a maioria das pessoas direciona seu tempo livre para outras atividades. Entre as escolhas mais recorrentes estão assistir televisão, ouvir música, utilizar o Whatsapp e consumir vídeos ou filmes em casa. Essa constatação aponta para a existência de múltiplos fatores que influenciam as escolhas de entretenimento da população, além da simples

restrição de tempo. A preferência por outras formas de lazer sugere a necessidade de abordagens inovadoras para incentivar a leitura, considerando não apenas a gestão do tempo, mas também a concorrência com outras atividades que competem pela atenção e interesse do público. Assim, compreender esses padrões de escolha é essencial para desenvolver estratégias eficazes que estimulem a prática leitora em meio a um cenário diversificado de opções de entretenimento. O gráfico a seguir (figura 3) demonstra essa tendência.

**Figura 3** - Preferências no tempo livre




Fonte: Instituto Pró livro, 2018.

Segundo Abe (2020), professoras (es) e mães assumem papéis de destaque como as principais influenciadoras(es) no cultivo do gosto pela leitura, representando 15% das referências, seguidas pelos pais, que correspondem a 6%. No âmbito específico da literatura, o(a) professor(a) emerge como a figura mais significativa na promoção do interesse dos alunos, alcançando 52%. Essa posição de liderança se sobrepõe a outras influências importantes, como filmes baseados em livros, que atingem 48%, e a recomendação de amigos, com 41%. Diante dessas constatações, fica evidente o potencial da instituição escolar como um agente fundamental na promoção da leitura, assumindo um papel estratégico na construção de uma sociedade mais leitora e culturalmente engajada.

No gráfico ainda é possível constatar a redução no número de pessoas leitoras ao se analisar, especificamente, o item 9. Segundo a autora, “para Marcos Pereira, vice-presidente do Instituto Pró-Livro (IPL), a diminuição no número de leitores (...) é reflexo da falta de políticas públicas de incentivo à leitura.” (ABE, 2020). Sendo assim, é válido mencionar que, a despeito

de haver políticas públicas voltadas para o letramento e o combate ao analfabetismo funcional, o impacto social delas decorrente ainda não foi suficiente para mudar a realidade dos desconfortantes índices apresentados pelas pesquisas.

Um último, mas não menos importante, dado da pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* a ser citado neste trabalho diz respeito ao uso da biblioteca. Foi constatado que somente 17% da população brasileira frequenta bibliotecas, tanto escolares quanto públicas, ocasionalmente ou com frequência. A maior parte da população percebe esses espaços principalmente como locais destinados a pesquisas ou estudo, sendo essa a percepção de 51% dos leitores e 65% dos não leitores. Apenas aproximadamente um terço da população os considera propícios para a leitura de livros por puro prazer.

Esta realidade reforça a perspectiva sustentada por pesquisadores e pelo presente estudo de que a biblioteca deva ser levada em conta na formulação de políticas públicas voltadas para a promoção da leitura. Isso implica que a apreciação de frequentar bibliotecas deve ser incentivada tanto no ambiente escolar quanto fora dele, a fim de que essa prática se integre como um hábito ao longo da vida. Esse estímulo visa, principalmente, estimular a prática da leitura de forma prazerosa.

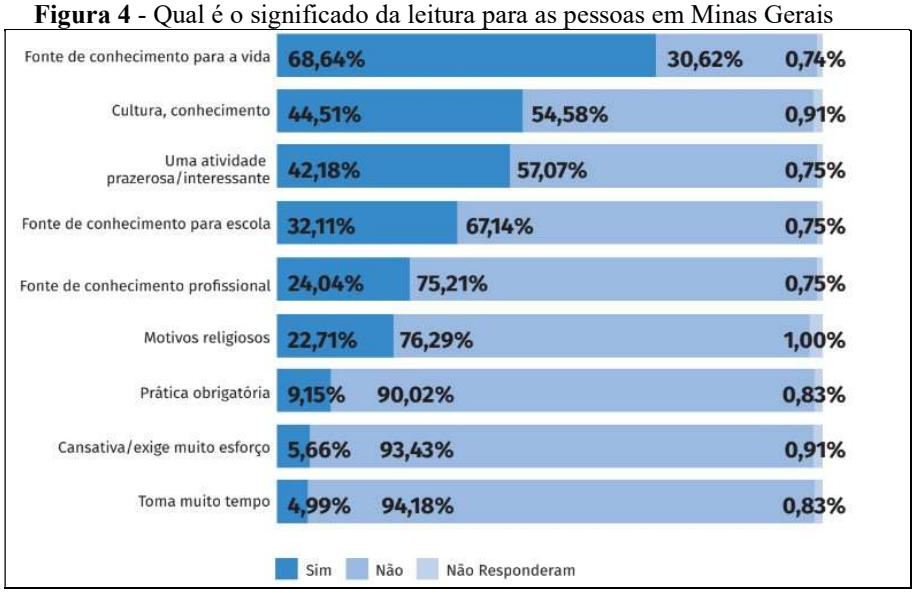
# 4 A SITUAÇÃO EM MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS DADOS DO ESTADO E OS DO PAÍS

A pesquisa *Retratos da leitura no Brasil*, ao apresentar resultados por estados, adotou como referência apenas as capitais. Sendo assim, no intuito de uma análise mais direcionada, para o presente estudo, são utilizados também os dados do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) e os de uma pesquisa realizada, especificamente, no estado de Minas Gerais no ano de 2022. Esta encontra-se disponível no guia *O livro em Minas Gerais*, elaborado pela Câmara Mineira do Livro, instituição sem fins lucrativos cujo objetivo é, dentre outros, a promoção e valorização do livro e da leitura.

Em princípio, destaca-se que o Instituto Pró livro apresentou dados para a cidade de Belo Horizonte muito similares aos apresentados para o país, sendo desnecessário, portanto, mencioná-los. Desse modo, são adotados os dados fornecidos pela Câmara Mineira do Livro, através da pesquisa intitulada *O livro em Minas Gerais*. De acordo com esta, dentre as nove cidades mineiras entrevistadas, Belo Horizonte é o município com maior número de pessoas que afirmam gostar de ler (63,14%), seguido por Juiz de Fora (58,59%), Poços de Caldas (57,47%), Teófilo Otoni (58,72%) e Divinópolis (55,08%).

Outra informação crucial diz respeito ao significado atribuído à leitura. Primeiramente, com uma percentagem de 68,64%, destaca-se a relevância da leitura como uma "fonte de conhecimento para a vida". O segundo significado mais prevalente é aquele que considera a leitura como uma fonte de "cultura e conhecimento", com 44,51%, seguido pelo terceiro significado, que associa a leitura a uma "atividade prazerosa e/ou interessante", mencionado por 42,18% dos participantes. As informações completas são apresentadas no gráfico reproduzido na figura 4.

**Figura 4** - Qual é o significado da leitura para as pessoas em Minas Gerais




**Fonte**: WERNKE, 2015.

Conforme se verifica, os dados são similares aos da pesquisa a nível nacional. Tanto em uma quanto em outra, seguindo a abordagem tradicional, o entendimento de que a prática leitora serve principalmente para questões práticas prevalece. Quanto ao prazer proporcionado pela leitura, tem-se que, na pesquisa realizada em âmbito estadual, cerca de 42% considera a leitura prazerosa, enquanto que a nível nacional em torno de um terço entende que a biblioteca constitui um local para a leitura prazerosa. Embora as perguntas adotadas sejam diferentes, pode-se perceber que tanto em Minas Gerais, quanto no resto do país, o desenvolvimento da leitura associado a algo prazeroso não é a regra.

No que diz respeito às atividades realizadas durante o tempo livre, os dados provenientes da pesquisa em Minas Gerais apresentaram divergências significativas em relação às informações abordadas na pesquisa nacional. Enquanto, em âmbito nacional, a tendência majoritária é que a população prefira dedicar seu tempo livre a atividades online, no estado de Minas Gerais, a maioria dos entrevistados demonstra uma inclinação marcada pela apreciação da leitura, alcançando a expressiva proporção de 71,04%, conforme ilustrado na figura 5 a seguir.

**Figura 5** - O que mineiros e mineiras fazem no tempo livre

| | |
|---|---|
| Ler (jornais, revistas, livros, textos da internet, etc.) | 71,04% |
| Assistir programas de televisão | 63,17% |
| Escutar música ou rádio | 59,38% |
| Descansar | 58,51% |
| Navegar na internet | 56,47% |
| Acessar redes sociais (facebook, twitter, Orkut, etc.) | 50,17% |
| Se reunir com amigos ou família | 35,84% |
| Assistir vídeos; filmes na TV ou DVD. | 34,38% |
| Sair com amigos | 34,32% |
| Praticar esportes | 31,18% |
| Fazer compras | 30,89% |
| Viajar (campo, praia, cidade) | 28,32% |
| Ir a bares, restaurantes, casas de shows. | 28,21% |
| Ir ao cinema, teatro, dança concertos, museus, exposições, etc. | 21,97% |
| Jogar videogames | 18,71% |
| Escrever | 17,60% |
| Fazer trabalhos manuais, artesanato. | 10,20% |
| Desenhar, pintar | 8,39% |

**Fonte**: WERNKE, 2015.

Apesar da pesquisa indicar uma maior inclinação dos mineiros para a prática da leitura, os índices revelam, assim como no contexto nacional, a necessidade de intervenções no processo de ensino-aprendizagem da leitura. A análise apresentada na figura 6 destaca que, apesar da adesão mais expressiva à leitura em Minas Gerais, a média de leitura no estado permanece abaixo da média nacional, conforme apontado pela pesquisa "Retratos da Leitura no Brasil" de 2011. É relevante notar que a pesquisa conduzida pela Câmara mineira revelou uma média superior para as cidades analisadas, o que sugere a ocorrência de variações significativas dentro do próprio estado. Esse fato evidencia a complexidade do cenário e a necessidade de abordagens mais específicas e localizadas para aprimorar o processo de leitura no estado.

Figura 6 – Comparativo ente as médias de leitores (as) em Minas Gerais e no Brasil

| País, Estado e Municípios | Médias de leitura |
|---|---|
| BRASIL | 1,85 |
| MINAS | 1,62 |
| BH + cidades polo | 2,32 |
| Belo Horizonte | 2,40 |
| Poços de Caldas | 4,34 |
| Juiz de Fora | 3,05 |
| Divinópolis | 2,53 |
| Teófilo Otoni | 2,23 |
| Montes Claros | 2,05 |
| Uberlândia | 1,79 |
| Gov. Valadares | 1,57 |
| Patos de Minas | 1,44 |

**Fonte:** Retratos da Leitura no Brasil, 2011 e Pesquisa Índice de Leitura em Belo Horizonte e Oito Cidades Polo Mineiras, 2013/2014.

Fonte**:** WERNKE, 2015**.**

Conforme pode-se depreender dos dados acima, algumas cidades mineiras possuem uma média acima da nacional, como por exemplo, Poços de Caldas e Juiz de Fora. Entretanto, esse cenário não se repete na maioria das cidades interioranos do estado, visto que a média mineira é de 1,62 leitores(as).

Quanto aos motivos que impedem as pessoas de lerem mais, o principal deles para os(as) mineiros(as) é a falta de interesse ou de gosto pela prática (41,45%), diferentemente do que predominou na pesquisa do Instituto Pró livro, isto é, a falta de tempo, ficando este motivo em segundo lugar com 26,27% dos(as) entrevistados(as). No entanto, em Minas Gerais, este é o principal motivo para que as pessoas não frequentem bibliotecas (45,98%), o que provavelmente justifica o número expressivo de pessoas que nunca frequentam a biblioteca (63,69%). Outro dado relevante sobre o estado é o de que a maior parte da população (72,82%) não tem o hábito de acessar blogs ou redes sociais associadas a livros, autores, literatura etc. além disso, apenas 12,07% baixam ou leem livros da internet.

Com o objetivo de fornecer dados educacionais acerca do ensino no estado mineiro, o SIMAVE avalia os estudantes do 5º e do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio (por meio do PROEB), em toda a rede pública de ensino no estado e, a partir de 2006, também os estudantes em fase de alfabetização (através do PROALFA). Com isso, a partir do diagnóstico traçado, pretende-se contribuir para a formulação de políticas públicas que visem a mitigar as fragilidades educacionais e as defasagens de aprendizagem. Para medir o desempenho dos estudantes, são estabelecidos níveis de acertos medidos em porcentagem, conforme tabela a seguir:

**Tabela 1** - Níveis de desempenho adotados pelo SIMAVE

| **Percentuais de estudantes** | **Categoria de desempenho** |
|---|---|
| Inferior ou igual a 25% | Muito baixo |
| De 26% a 50% | Baixo |
| 51% a 75% | Médio |
| Superior a 75% | Alto |

**Fonte**: MINAS GERAIS, 2022

No contexto da pesquisa em questão, o foco está direcionado ao Eixo Temático da BNCC designado Leitura/escuta (compartilhada e autônoma), presente na avaliação de Língua Portuguesa. Nesse eixo, são abordadas dezesseis habilidades específicas, as quais serão apresentadas a seguir, acompanhadas das respectivas porcentagens de acertos nos anos finais do ensino fundamental, conforme ilustrado na Figura 7. Essa abordagem visa aprofundar a compreensão das competências relacionadas à leitura e escuta no contexto educacional, oferecendo percepções sobre o desempenho de estudantes nessas áreas específicas.

**Figura 7** - Desempenho de estudantes no Ensino Fundamental (percentual de acerto por habilidade)

**Eixo Temático (BNCC): Leitura**

| Descrição da Habilidade | 6º ano EF | 7º ano EF | 8º ano EF | 9º ano EF |
|---|---|---|---|---|
| Distinguir ideias centrais de secundárias ou tópicos e subtópicos em um dado gênero textual. | – | 61% | 61% | – |
| Distinguir um fato da opinião. | 45% | 46% | 42% | 54% |
| Estabelecer relação entre a tese e os argumentos oferecidos para sustentá-la. | – | – | 59% | 46% |
| Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros. | 67% | 58% | 60% | 69% |
| Identificar a tese de um texto. | – | – | 53% | 45% |
| Inferir informações em textos. | 66% | 59% | 64% | 62% |
| Inferir o locutor ou o interlocutor de um texto. | 67% | 47% | 51% | 76% |
| Inferir o sentido de palavra ou expressão a partir do contexto. | 71% | 59% | 44% | 76% |
| Interpretar textos que articulam elementos verbais e não verbais. | 78% | 74% | 71% | 71% |
| Localizar informação explícita. | 68% | 62% | 59% | – |
| Reconhecer a presença de valores sociais e éticos. | – | – | 73% | – |

36

SIMAVE – AVALIAÇÕES TRIMESTRAIS 2022

| Descrição da Habilidade | 6º ano EF | 7º ano EF | 8º ano EF | 9º ano EF |
|---|---|---|---|---|
| Reconhecer efeito de humor ou de ironia em um texto. | 45% | 58% | – | 83% |
| Reconhecer formas de tratar uma informação na comparação de textos que tratam do mesmo tema. | 55% | 47% | 49% | 61% |
| Reconhecer o assunto de um texto lido. | 56% | 63% | 74% | 77% |
| Reconhecer o gênero de um texto. | 64% | 69% | 51% | 67% |
| Reconhecer os elementos que compõem uma narrativa e o conflito gerador. | 37% | 35% | – | 61% |

*Fonte: CAEd/UFJF 2022*

| **Legenda:** | Até 60% de acerto | De 61% até 80% de acerto | Acima de 80% de acerto |
|---|---|---|---|

Fonte: MINAS GERAIS, 2022

Conforme se verifica, embora haja habilidades menos desenvolvidas por estudantes do 6º ao 8º anos, a maior parte delas já está abrangida por grande parte dos estudantes do 9º ano, isto é, por aqueles que já estão encerrando o ciclo II do ensino fundamental. As habilidades menos consolidadas foram aquelas que envolvem o texto discursivo, como, por exemplo "Identificar a tese de um texto". O mesmo resultado não ocorre quando, a partir do ensino

médio, os textos adquirem maior grau de dificuldade, exigindo maior capacidade de interpretação por parte dos leitores. Para essa fase escolar, tendo em vista que todas as habilidades avaliadas na prova em questão envolvem a leitura, a presente pesquisa faz uma análise do percentual total dos últimos três anos (figura 8).

**Figura 8** - Desempenho de estudantes do Ensino Médio

Fonte: MINAS GERAIS, 2022

De acordo com a figura, cerca de 70% dos estudantes não conseguiram atingir o nível recomendado para o desenvolvimento da leitura, concentrando-se na faixa entre o baixo desempenho e o intermediário. Verifica-se, inclusive, que habilidades referentes a tipologias comumente trabalhadas no ensino fundamental, que já deveriam estar consolidadas, ainda não o foram. É o caso, por exemplo, da habilidade “Reconhecer os elementos que compõem uma narrativa e o conflito gerador”. Nesse sentido “esse desempenho sugere defasagens importantes em relação às aprendizagens ao longo do Ensino Fundamental, o que precisa ser sanado por meio de intervenções pedagógicas direcionadas a tais fragilidades de aprendizagem” (MINAS GERAIS, 2022).

Tais resultados vão ao encontro daqueles encontrados na pesquisa em nível nacional realizada pelo Instituto Pró-livro.

## 4.1 OS CENTROS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO CONTINUADA (CESEC) EM MINAS GERAIS

Por constituírem uma modalidade ainda mais específica de EJA adotada no estado de Minas Gerais, os Centros Estaduais de Educação Continuada (CESEC) exigem uma abordagem diversificada para o estudo cientifico no que se refere ao desenvolvimento de

políticas públicas. Deste modo, conta-se com alguns estudos de realidades referentes a esses centros de estudo, ente eles o de Resende (2022) e o de Alves et al. (2018), que demonstram informações sinalizadoras de um público discente diversificado e heterogêneo. Ambos os trabalhos apresentam um histórico da constituição dos CESEC no estado mineiro, entretanto, para esta pesquisa, o importante é o entendimento de algumas peculiaridades do público que frequenta a referida modalidade de EJA.

Para Resende (2022, p. 26), cuja dissertação de mestrado abarca uma especial descrição do contexto sociocultural do CESEC de Uberlândia, estes estudantes, ao retomarem seus estudos, carregam consigo experiências já vividas de exclusões não apenas no âmbito escolar, mas em diversas esferas sociais. Muitos encontram-se desempregados ou em situação de subemprego, "estão ali por não se adequarem ao ensino regular e buscam acelerar os estudos para não terem que se submeter por muito tempo a uma escola na qual se sentem oprimidos". Há ainda pessoas que, por algum motivo, se viram tolhidas de continuar os estudos em idade regular: por necessidade de trabalharem e não conseguirem conciliar escola e trabalho; por serem (as mulheres) proibidas por pais ou maridos autoritários de frequentarem a escola.

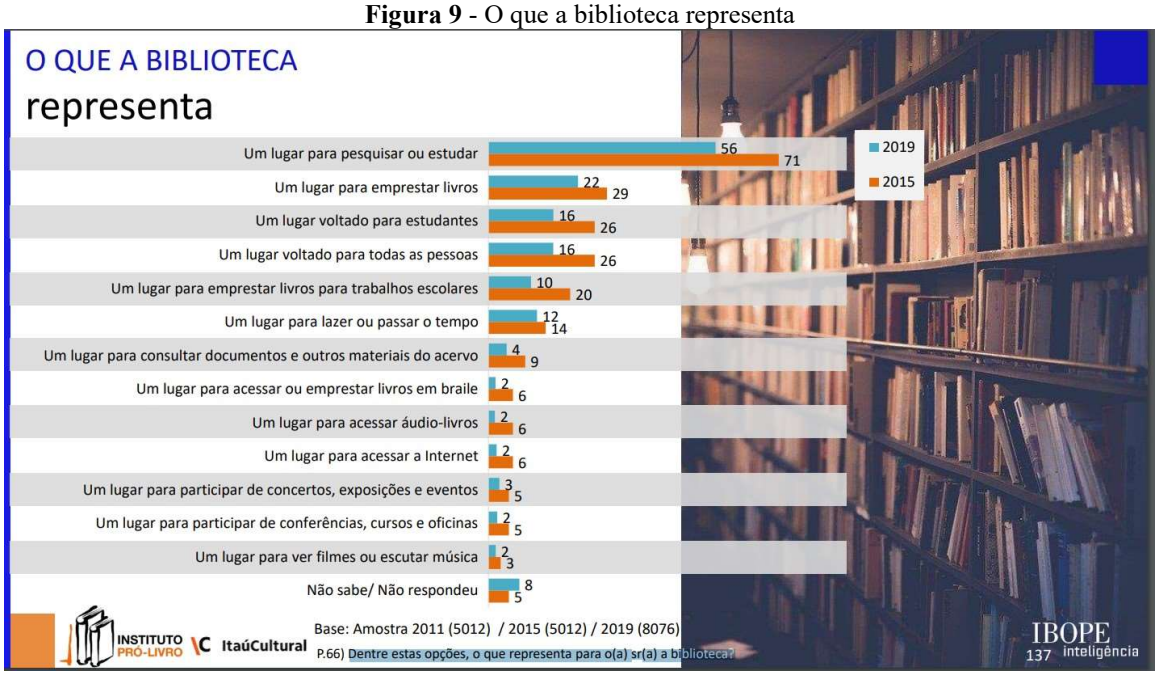
Vale mencionar, ademais, a parcela de estudantes que está ali não por livre escolha, mas por ter sido afastada do trabalho por ocasião de alguma doença, trata-se, na verdade, de uma exigência estabelecida pelo Instituto Nacional de Serviço Social (INSS). Essa parcela se vê obrigada a realizar cursos em escolas profissionalizantes ou no CESEC, a fim de concluírem a escolaridade. Além dessas pessoas, não optaram livremente por estar ali aquelas que estão cumprindo sanção penal por terem cometido alguma infração – em sua maioria, menores – e receberem determinação judicial para se matricularem na escola. Enfim, são inúmeras as possibilidades que levaram jovens e adultos a deixarem a escola em algum momento de sua vida, assim como são diversos os motivos de seu retorno. (RESENDE, 2022, p. 26)

O estudo de Alves et al. (2018) apresentou um interessante panorama do uso da biblioteca em um Centro Estadual de Educação Continuada, localizado no sul de Minas que vai ao encontro do arcabouço teórico e estatístico aqui contemplado. Conforme as autoras, os dados obtidos revelaram que a biblioteca do local era utilizada pelo corpo discente com a finalidade de realizarem as atividades de sala de aula. Isso porque precisavam otimizar o seu tempo, visto que a falta de disponibilidade era um obstáculo, inclusive para acessarem a biblioteca com intuito de leitura prazerosa. Tal quadro expressa conformidade com os

dados apresentados pelo Instituto Pró-livro referentes ao uso da biblioteca, de acordo com os quais a biblioteca representa um local de estudo para a maior parte das brasileiras e dos brasileiros, em contraposição à média de 13% que a veem como um ambiente de lazer ou para passar o tempo.

O gráfico a seguir (figura 9) exibe as respostas dadas à pergunta: *Dentre estas opções, o que representa para o(a) sr(a) a biblioteca?* e os índices, em porcentagem, de cada resposta.

**Figura 9** - O que a biblioteca representa




Fonte: Instituto Pró livro, 2018.

É possível observar que a opção de uso da biblioteca para uma leitura prazerosa aparece apenas em sexto lugar. Esse dado ressalta uma ideia já consolidada, construída ao longo da vida escolar ou por meio da cultura inerente à sociedade em que se vive, de que o referido ambiente deve ser destinado essencialmente à realização de tarefas escolares e ao estudo. Essa situação evidencia a necessidade de que se trabalhe a frequência do acesso à biblioteca não apenas como um local para se cumprir as obrigações acadêmicas, mas especialmente para se buscar lazer e/ou passar o tempo. Missão ainda mais desafiadora quando se trata de ação voltada para o público recém descrito, que em sua maioria trabalha e pertence às faixas etárias mais avançadas, cujo tempo, geralmente, é destinado às obrigações do dia a dia.

Vencer esse desafio implica combater o pensamento comumente encontrado tanto entre profissionais da educação quanto na sociedade, de que "(...) os alunos dessa modalidade de ensino são simplesmente aqueles que buscam a conclusão rápida do curso". (ALVES et al.,

2018). Para isso, entender que o gosto pela leitura e pela literatura deve ser desenvolvido no especificado público dos centros educacionais é considerá-lo como protagonista no processo de desenvolvimento da prática leitora tanto na esfera escolar quanto na social. Aliás, pensar assim é estar em total sintonia com a seguinte competência apresentada pela BNCC:

> Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social. (BRASIL, 2018)

Desse modo, ao nutrir o gosto e o prazer pela leitura, o(a) estudante se torna naturalmente inclinado(a) a incorporar essa prática em diversas situações do seu cotidiano. Essa familiaridade com a leitura não apenas facilita sua participação no processo de envolvimento social, conferindo-lhe um sentimento de pertencimento à sociedade, mas também amplia sua apreciação por diferentes gêneros textuais. Esse enriquecimento de interesses textuais proporciona ao estudante uma habilidade aprimorada para se envolver com uma vasta gama de possibilidades de comunicação oferecidas pela língua.

Como resultado, não apenas o ato de ler se torna uma atividade mais intrínseca ao seu dia a dia, mas também a leitura se transforma em uma ferramenta poderosa para a construção de conexões sociais e para o desenvolvimento de competências comunicativas mais abrangentes. Consequentemente, a sua participação como pessoa cidadã, que age e interage com o mundo, estando consciente de suas particularidades e capacidades mostra-se absolutamente tangível.

# 5 POLÍTICAS PÚBLICAS E INDICADORES SOCIAIS

Ao se observar o contexto educacional na década de 80, conforme delineado por Freire, e se comparar com as pesquisas atuais, torna-se evidente que, se as práticas criticadas persistirem sem alterações, a tendência é que o cenário educacional permaneça estagnado no futuro. Diante desse conjuntura desafiadora, surge a necessidade imperativa de adotar medidas que direcionem efetivamente a transformação das práticas leitoras no sistema educacional. Nesse sentido, propõe-se a elaboração de diretrizes específicas para a criação de indicadores sociais voltados à formulação de políticas públicas na área da leitura.

Essas diretrizes não apenas oferecem um arcabouço conceitual para avaliar as atuais práticas educacionais, mas também fornecem uma base sólida para o desenvolvimento de estratégias e intervenções direcionadas. Ao adotar indicadores sociais específicos para a leitura, pode-se criar políticas públicas mais precisas e contextualizadas, abordando as lacunas e desafios identificados nas práticas atuais. Essa abordagem proativa visa não apenas corrigir deficiências existentes, mas também aprimorar de maneira contínua a qualidade da educação, promovendo um ambiente mais propício ao desenvolvimento e à valorização da leitura.

Inicialmente, é válida a compreensão a respeito da noção de políticas públicas. Conforme Rua (2014, p. 28 e seg.), o conceito de políticas públicas evoluiu com o tempo. No início elas eram entendidas exclusivamente como *outputs* no sistema político, isto é, consistiam em respostas (ações) do Estado aos *inputs*, ou seja, às demandas sociais. Com o passar do tempo e a complexidade das políticas públicas e de seu campo de atuação, passou-se a analisar profundamente tanto as demandas quanto os outputs.

Teixeira (2002, p. 2), afirma que

> políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas sistematizadas ou formuladas em documentos que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recurso público."

Assim, as políticas públicas podem ser entendidas como ações estatais, decorrentes de pressões populares, por meio das quais aplicam-se recursos públicos em prol dos diferentes grupos sociais. A abordagem contemporânea destaca a participação ativa de diversos atores, a necessidade de soluções integradas e colaborativas, a importância da avaliação de impacto e a compreensão da complexidade dinâmica do processo de formulação de políticas. Essa evolução

reflete uma busca por governança mais inclusiva e adaptativa às mudanças nas demandas e desafios sociais.

Sendo assim, para dar subsídio às atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, faz-se necessário o levantamento de indicadores sociais, visto que estes, conforme esclarece Rua (2014, p. 20), dão ao poder público e à sociedade civil a possibilidade de monitoramento das condições de vida e bem estar da coletividade "e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais".

Para a compreensão dos indicadores sociais, recorre-se a Jannuzzi (2014, p.20), para quem eles constituem "medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou demanda de interesse programático na área social". De acordo com o autor, eles desempenham um papel importante ao operacionalizar e representar as dimensões sociais de interesse, que são definidas com base em escolhas teóricas ou políticas anteriores.

Tais critérios são utilizados para subsidiar o planejamento público e a formulação de políticas sociais em todas as esferas do governo. Além disso, permitem o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população pelo poder público e pela sociedade civil, além de contribuir para a pesquisa acadêmica sobre mudança social e determinantes de fenômenos sociais diversos.

Esses indicadores sociais, como a proporção de pessoas em situação de pobreza, a taxa de analfabetismo, o rendimento médio do trabalho, as taxas de mortalidade infantil, as taxas de desemprego, o índice de Gini e a proporção de crianças matriculadas nas escolas, representam de forma tangível e operacional "diversas dimensões relevantes, específicas e dinâmicas da realidade social" (JANNUZZI, 2014, p. 20).

Encontra-se em Camillo (2020) um interessante estudo a respeito das políticas públicas voltadas para promoção do livro, da leitura e das bibliotecas. Sua pesquisa teve como propósito, consoante o autor, o estabelecimento de diretrizes que serviriam como base na elaboração de "políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas que sejam capazes de assegurar os princípios de educação de qualidade" em atendimento a um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que fazem parte da "Agenda 2030", plano de ação global assumido pelos países membro da Organização das Nações Unidas - ONU. (CAMILLO, 2020, p.23).

Desta forma, com foco nos países sul-americanos, o autor estruturou diretrizes, a serem levadas em consideração na formulação das referidas políticas públicas, por meio dos seguintes eixos:

> Eixo A: Aprendizagem, habilidades e competências das pessoas;
> Eixo B: Qualidade nos processos de ensino-aprendizagem e espaços de aprendizado;
> Eixo C: Promoção do desenvolvimento equitativo das pessoas;
> Eixo D: Condições mínimas para o alcance de uma educação de qualidade;
> Eixo E: Formação profissional para fomentar a educação de qualidade. (CAMILLO, 2020, P. 23)

Para cada um desses eixos, foram apresentados dois ou três indicadores. Por exemplo, para o Eixo A, foram apontados como indicadores o desenvolvimento da aprendizagem de formas relevante e eficaz e o desenvolvimento de habilidades e competências técnicas para o mundo do trabalho.

# 6 METODOLOGIA

Para que fosse viável a elaboração de diretrizes passíveis de orientar atores sociais e políticos que buscam a criação de políticas públicas na área da leitura, algumas ações foram fundamentais. Em princípio, foi necessário entender a relevância do tema e o contexto a ser aplicada uma política pública voltada para tal área. Juntamente a isso, foi imprescindível uma investigação a respeito da situação da prática leitora no país como um todo e, mais especificamente, no estado de Minas gerais para que fosse possível detectar a relevância e a necessidade daquilo que se propõe.

Como recorte temporal, a presente pesquisa adotou o momento contemporâneo, embora a problemática observada remonte também a tempos anteriores. Ainda assim, algumas referências a momentos passados foram feitas, evidenciando situações similares às atuais. Sendo assim, devido à adoção do referido contexto temporal, o estudo privilegiou os dados estatísticos mais recentes.

Como delimitação espacial, para o trabalho em questão, optou-se pelo enfoque nos Centros Estaduais de Educação Continuada (CESEC), presentes no estado de Minas Gerais. São escolas, cuja modalidade de ensino é semipresencial, que atendem jovens e adultos com idade a partir de quinze anos para o ensino fundamental e dezoito para o ensino médio, ou seja, pessoas que se encontram fora da faixa etária institucionalmente estabelecida para o ensino regular na educação básica.

Quanto à abordagem, o presente estudo buscou tratar os dados de forma qualitativa, tendo sido conduzido por meio de descrições, interpretações e comparações, sem se ater a quantificar, contrapondo, assim, a abordagem quantitativa. Desse modo, embora tenham sido utilizados dados de pesquisas, estes serviram para o entendimento acerca das necessidades relacionadas ao problema enfrentado pela população no que concerne à prática leitora. Seu uso também teve como pretensão a comprovação da relevância de se desenvolver um estudo com vistas a traçar diretrizes que possam ajudar na elaboração de políticas públicas específicas para sanar ou, ao menos, minimizar o mencionado problema.

Quanto ao objetivo, cumpre mencionar que a pesquisa foi do tipo exploratória, isto é, aquela que proporciona aproximação com o tema, promovendo maior familiaridade com os fatos e fenômenos relacionados ao problema a ser estudado. De acordo com Gil (2008, p. 27), as pesquisas exploratórias visam, primordialmente, desenvolver, elucidar e ajustar conceitos e ideias, com o intuito de formular problemas específicos ou levantar hipóteses pesquisáveis para

estudos futuros. Dentre os diversos tipos de pesquisa, essas se destacam por apresentar menor rigidez no planejamento, usualmente envolvendo levantamento bibliográfico, entrevistas não padronizadas e estudos de caso, não sendo comum a aplicação de procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados.

No presente estudo, fez-se relevante uma maior aproximação com o tema da leitura e sua importância, e com os conceitos de políticas públicas e indicadores sociais. Segundo Lakatos (2003, p.224), nenhuma pesquisa é totalmente nova, há sempre alguém em algum lugar que já pesquisou algo parecido ou, pelo menos, complementar àquilo que se pretende pesquisar. Assim, faz-se necessária uma busca por tais fontes, documentais ou bibliográficas, a fim de que não haja duplicidade de esforços ou ideias. Referenciar as principais conclusões às quais chegaram outros autores, tanto as que corroboram para a pesquisa que se realiza quanto aquelas que apresentam contradições em relação a esta.

Há algumas peculiaridades quanto aos procedimentos metodológicos utilizados, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A primeira caracteriza-se por envolver a análise de material já publicado, incluindo livros, periódicos, documentos, textos, mapas, fotos, manuscritos e materiais disponíveis na internet. Essa abordagem fornece suporte para todas as etapas da pesquisa, auxiliando na escolha do tema, na formulação da questão da pesquisa, nos objetivos, nas hipóteses, na justificativa e no relatório final.

A pesquisa documental, por sua vez, é aquela que consiste em coletar dados a partir de documentos não submetidos a análises críticas. De acordo com Fonseca (2002, p.32), este tipo de pesquisa baseia-se em diferentes fontes, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão etc.

Quanto a esses procedimentos, primeiramente, buscou-se fazer um levantamento do que se tem estudado sobre a importância do desenvolvimento da prática leitora nas escolas e como as atividades e os projetos desenvolvidos repercutem no público a que se destinam. Um panorama científico com os aspectos mais relevantes para se adotar um ou outro método de trabalho. Portanto, o arcabouço teórico contempla entre outros, os estudos de Firmino (2006), Cordeiro (2018), Freire (1989) e Rocco (1992), além de Foucambert (apud FIRMINO, 2006) e Wisniewski e Polak (apud ALVES, 2018).

Também foi necessário observar o que o documento básico para a educação no Brasil, a BNCC, tem como entendimento de prática leitora e quais as habilidades devem ser trabalhadas no contexto da leitura. Outro ponto importante diz respeito à análise de pesquisas realizadas no

país de caráter público, ainda que por meio de instituições particulares, reveladoras da realidade populacional no quesito leitura. Assim, foram analisados os dados do INAF e os do Instituto Pró-livro, disponíveis nas respectivas plataformas digitais.

Além disso, foram adotados dois estudos desenvolvidos em dissertação de mestrado que descrevem o ambiente escolar e o contingente que frequenta os Centros Estaduais de Educação Continuada. Um deles, o de Resende (2022), aborda especificamente o CESEC de Uberlândia, local que serviu de inspiração para o desenvolvimento deste trabalho, e traz um interessante panorama do público local. O outro apresenta um recorte sobre o uso de bibliotecas em prol do desenvolvimento da prática de leitura nesses Centros de Educação, proposição com a qual o presente estudo se coaduna.

É viável a adoção do termo apresentado por Creswell (2007, p. 228) para definir a estratégia empregada aqui: estratégia exploratória sequencial. De acordo com o autor, trata-se de um modelo que envolve uma fase inicial de coleta e análise de dados qualitativos e uma outra de coleta e análise de dados quantitativos, dando prioridade ao aspecto qualitativo do trabalho. Ambas as fases são integradas na etapa da interpretação.

É válido salientar que os dados quantitativos foram coletados a partir de pesquisas publicadas em sites e estão disponíveis ao público. Isso porque, considerando o tempo destinado ao desenvolvimento do trabalho em questão, tornou-se inviável a coleta de dados por meio de questionário/entrevista *in loco* ou o estudo de caso.

A partir daí, alguns entendimentos foram evidenciados, os quais deram respaldo ao delineamento de seis diretrizes que poderão embasar a construção de indicadores sociais de políticas públicas de fomento à leitura. Esses entendimentos foram sintetizados em tópicos que apresentam e descrevem as diretrizes elaboradas, os quais são apresentados no próximo capítulo.

# 7 RESULTADOS

O recorte deste trabalho, ainda que tenha tido como alvo o fomento da leitura, apresentou intenções mais específicas, na medida em que teve como foco o atendimento à comunidade que frequenta os citados centros de educação continuada do Estado de Minas Gerais. Para isso, foi realizado um estudo teórico da literatura produzida a respeito do tema e foram analisados os dados e os resultados de pesquisas como o INAF e os do Instituto Pró-livro, além dos estudos a respeito das peculiaridades inerentes ao público-alvo da pesquisa. A partir daí, foi possível constatar alguns elementos que possam contribuir para a elaboração de políticas públicas voltadas para a leitura na Educação de Jovens e Adultos (EJA), mais especialmente nos Centros Estaduais de Educação Continuada (CESEC). Assim, como resultado deste trabalho, é sugerida uma sistematização de seis diretrizes que possam orientar a elaboração de indicadores sociais.

## 7.1 ANOS ANTERIORES E CONTEXTO ATUAL

Considerando os anos contemplados para a abordagem da pesquisa, os quais englobam o atual e aqueles correspondentes às edições das pesquisas adotadas no trabalho, são apresentados alguns dados importantes na sequência.

Conforme dados do INAF, verificou-se que a taxa de analfabetismo funcional no Brasil, para a população de 15 anos ou mais, caiu para 12,7% em 2020, aproximando-se da meta de 9,2% estabelecida para 2024. No entanto, constatou-se que apenas 40% da população pode ser considerada funcionalmente alfabetizada, abrangendo os níveis de analfabetismo funcional, elementar e alfabetismo consolidado. A falta de hábito de leitura foi apontada como possível explicação, sugerindo a ausência de políticas públicas eficazes para promover essa prática no Brasil.

Foi verificado, em relação aos dados da pesquisa "Retratos da Leitura no Brasil" que 80% dos entrevistados desejam ler mais, sendo a falta de tempo (47%) o principal obstáculo. Embora a falta de tempo seja citada, outras atividades, como assistir à televisão, ouvir música e usar o Whatsapp, são preferidas no tempo livre. Professoras(es) e mães são influenciadoras principais do gosto pela leitura (15%), com professores liderando como incentivadores na literatura (52%).

Outro dado significativo constatado na pesquisa é o de que apenas 17% da população frequenta bibliotecas (escolares ou públicas) sempre ou às vezes. A maioria as vê como locais

para pesquisa ou estudo (51% dos leitores e 65% dos não leitores), enquanto apenas cerca de um terço as associa à leitura por prazer. Esses resultados reforçam a importância de considerar as bibliotecas nas políticas públicas de promoção da leitura, destacando a necessidade de cultivar o prazer em frequentá-las para desenvolver o hábito da leitura ao longo da vida.

A análise da situação em Minas Gerais baseou-se nos dados fornecidos pela Câmara Mineira do Livro, a partir da pesquisa "O livro em Minas Gerais". Belo Horizonte é a cidade com maior percentual de pessoas que gostam de ler (63,14%), seguida por Juiz de Fora, Poços de Caldas, Teófilo Otoni e Divinópolis. O significado da leitura para a população destaca-se como fonte de conhecimento para a vida (68,64%), seguido por cultura e conhecimento (44,51%) e atividade prazerosa (42,18%).

Os dados estaduais revelaram semelhanças com a pesquisa nacional, evidenciando que a leitura é predominantemente vista como algo prático. A pesquisa mineira, entretanto, mostrou que, aproximadamente, 42% consideram a leitura prazerosa, contrastando com cerca de um terço a nível nacional. Quanto às práticas no tempo livre, em Minas Gerais, a maioria prefere a leitura (71,04%), enquanto a pesquisa nacional destaca atividades na internet.

Embora a pesquisa tenha indicado maior adesão à prática leitora em Minas Gerais, os índices apontaram para a necessidade de intervenção no ensino-aprendizagem da leitura, com a média mineira abaixo da média nacional. Alguns municípios mineiros, como Poços de Caldas e Juiz de Fora, apresentaram médias acima da nacional, mas o estado como um todo apresentou média de 1,62 leitores(as).

Os motivos que impedem a leitura variam, sendo a falta de interesse ou gosto (41,45%) o principal em Minas Gerais, diferindo da pesquisa nacional onde a falta de tempo predominou. A falta de interesse também é o principal motivo para a não frequência às bibliotecas (45,98%), o que explica o expressivo número de pessoas que nunca as frequentam (63,69%).

A pesquisa também indicou que a maioria da população mineira (72,82%) não acessa blogs ou redes sociais relacionadas a livros, autores ou literatura, e apenas 12,07% baixam ou leem livros pela internet. Além disso, dados do SIMAVE mostraram que cerca de 70% dos estudantes não atingiram o nível recomendado para o desenvolvimento da leitura, destacando deficiências em habilidades tipicamente ensinadas no ensino fundamental.

## 7.2 PROPOSIÇÃO DE SEIS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DE POSSÍVEIS INDICADORES QUE CONTRIBUAM PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS AO DESENVOLVIMENTO DA PRÁTICA LEITORA

Levando em conta a situação apresentada em anos anteriores e no contexto atual, o presente trabalho sugere, para a elaboração de indicadores norteadores de políticas públicas, a adoção das seis diretrizes, descritas a seguir:

1) **A leitura é uma pratica que não deve se dar apenas no ambiente escolar**.

Essa diretriz decorreu da revisão bibliográfica dos estudos de Firmino (2006). Ainda que a escola seja o ambiente mais propício ao desenvolvimento da leitura, esta não deve ficar restrita a ele, visto que constitui uma habilidade a ser utilizada nas mais diversas situações cotidianas por se tratar de uma prática social. Essa ideia de desescolarização da leitura é defendida por Foucambert (apud FIRMINO, 2006, p. 5). Para ele, se a leitura ficar restrita ao ambiente escolar, "teremos pessoas que, por motivos sociais e culturais, continuarão sendo leitores e progredirão em suas leitura, e outras que retrocederão e abandonarão qualquer processo de leitura." (FOUCAMBERT apud FIRMINO, 2006, p. 5)

2) **A leitura por prazer é o principal motivador para que uma pessoa inicie a sua experiência**,

Foram fundamentais para se chegar a tal preceito, referenciais teóricos como Rocco (1992, p. 42) e Alves et al. (2018), além do referencial documental, isto é, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), segundo a qual uma das finalidades da leitura é a fruição estética de textos e obras literárias. Ademais, foram analisados dados estatísticos de diferentes fontes.

Os dados da pesquisa *Retratos da leitura no Brasil*, por meio do Instituto Pró-livro, por exemplo, demonstraram que a maior parte das pessoas não encaram a biblioteca como local para se desenvolver uma prática leitora prazerosa. Essa mesma situação foi observada na pesquisa realizada em Minas Gerais, intitulada *O livro em Minas Gerais*, de acordo com a qual apenas 42,18% considera a leitura uma "atividade prazerosa e/ou interessante".

Os estudos do arcabouço teórico levaram ao entendimento de que, ainda que a construção do significado do texto, levando em consideração o repertório sociocultural do ser

leitor, seja extremamente relevante, a fruição da leitura é o que primordialmente leva a pessoa aos primeiros contatos com o livro. Sendo assim, deve-se evitar práticas pedagógicas que se caracterizam como obrigatórias e pouco satisfatórias nas atividades escolares voltadas para a leitura.

3) **Para ser considerada eficiente, a leitura deve ir além da mera decodificação de palavras**.

A construção dessa diretriz se deu a partir de dados do INAF, de acordo com o qual, uma parcela significativa da população não é considerada alfabetizada funcionalmente. Isto quer dizer que esta parcela apresenta limitações no uso da leitura, deixando de atender ao proposto no Eixo Leitura da BNCC. Somado a isso, vários estudos, entre eles o de Firmino (2006) e os de Freire (1989), apontaram a necessidade de uma prática leitora mais ampla e significativa, que envolva o conhecimento de mundo da pessoa que lê e sua relação com o texto.

Para esse entendimento, também contribuíram os estudos acerca do Letramento, inicialmente defendido por Soares (1998). O termo adotado pela autora engloba o desenvolvimento de habilidades atinentes à leitura e escrita exitosas que se adequem às diferentes situações vivenciadas tanto na escola quanto fora dela. Trata-se de situações que exigem leitura e/ou escrita em textos de diferentes gêneros e tipologias, veiculados em diferentes meios e que atendam a objetivos e funções diversas. Além disso, a interação comunicativa pode se dar com diversificados interlocutores.

4) **A biblioteca é um ambiente importante no processo de desenvolvimento da prática leitora**,

Tal diretriz encontrou respaldo em Wisniewski e Polak (2009, apud ALVES, 2018), para quem, o equipamento da biblioteca com um rico e diversificado acervo, além da adequação do ambiente, entre outros fatores, podem contribuir para um uso mais eficaz do local no desenvolvimento das atividades, considerando que ela é “a base para a formação de leitores”. Os autores chamam a atenção para a importância tanto da biblioteca pública quanto da escolar.

Outra contribuição foram os estudos de Lourenço Filho (1946), que destacam a complementariedade do referido local ao ensino e o de Camillo (2020), que defende o

desenvolvimento de políticas públicas de promoção do livro, da leitura e de bibliotecas como forma de garantir os princípios para uma educação de qualidade.

Além do arcabouço teórico, o presente trabalho valeu-se da análise dos dados estatísticos das pesquisas mencionadas na diretriz número 2. Em ambas, verificou-se a baixa frequência ao referido ambiente, além de sua concepção como local de estudo e pesquisa, não lhe sendo atribuída a capacidade de promover leitura prazerosa.

5) **A conscientização da leitura como prática social impulsionadora da mudança social deve constituir o cerne de uma política pública que busca a inclusão e a diminuição da desigualdade social**.

O entendimento da leitura como prática social encontrou respaldo na revisão bibliográfica dos estudos de Paulo Freire (1989), que afirmava ser a leitura praticada no contexto das relações sociais. Também teve inspiração em suas reflexões a defesa de que o domínio da prática eficiente da leitura pode contribuir para a diminuição da desigualdade social e constituir um instrumento que busca a inclusão de cidadãos e cidadãs na sociedade.

Frente às dificuldades enfrentadas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o autor defendeu a leitura crítica da realidade. Esta, segundo ele, ao ser vinculada principalmente a determinadas práticas políticas de mobilização e organização, tem o potencial de se tornar uma ferramenta para aquilo que Gramsci denominaria como uma "ação contra hegemônica".

Essa asserção é fruto também dos estudos de Cordeiro (2018), que sustenta a necessidade de estratégias para democratizar o acesso à leitura em uma nação em desenvolvimento com profundas desigualdades sociais. Com isso, foi possível concluir que a criação de políticas públicas voltadas para a promoção da leitura, especialmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), é considerada uma iniciativa crucial para integrar indivíduos em um ambiente social, histórico e econômico diversificado e dinâmico, apesar dos desafios persistentes de exclusão.

6) **A realidade do público a que a política pública se destina deve ser levada em consideração**.

O corrente estudo contribuiu para tal asserção a partir da revisão documental. Uma das competências da Base Nacional Curricular Comum (a BNCC) é a aquisição da linguagem

escrita (por meio da leitura). De acordo com o documento, isso deve se dar de modo que a pessoa desenvolva autonomia e protagonismo na vida em sociedade. Daí a necessidade de construção de sentido do texto. O que só é possível ao se estabelecer alguma relação entre o texto e a realidade do ser leitor.

Ao se proceder à revisão bibliográfica dos estudos de Freire (1989), evidenciou-se essa correlação. Para o autor, há uma interligação dinâmica entre linguagem e realidade, uma vez que alcançar a compreensão crítica do texto requer perceber as relações entre o texto em si e o contexto em que este se insere. (FREIRE, 1989, p. 9).

Criar sentido para o texto é crucial a fim de que a leitura seja eficiente como prática social, visto que, no cotidiano, ela cumpre uma finalidade, isto é, a pessoa pode realizar a leitura, por exemplo, pelos seguintes motivos: instruir-se sobre o modo de uso de um produto ou o modo de preparo de uma receita; informar-se sobre um acontecimento, acerca das condições de compra e as vantagens de um determinado programa de habitação ou sobre os dados nutricionais de um produto alimentício; entre diversas outras possibilidades.

Desse modo, o vigente estudo tornou nítida a ideia de que entender o perfil da população, para que o trabalho a ser desenvolvido tenha maior abrangência e eficácia, é de fundamental relevância. Isso porque a abordagem literária e de gênero podem influenciar no maior ou menor sucesso da atividade leitora a ser desenvolvida com o referido público.

Os estudos também apontaram que o público-alvo da presente pesquisa mostra-se específico, tendo em vista as características próprias dos Centros Estaduais de Educação Continuada (CESEC) em Minas Gerais. Nesse sentido, para o desenvolvimento de indicadores para políticas públicas de leitura nesse caso, essa diretriz é essencial.

## 7.3 PROJEÇÕES PARA O FUTURO

A partir da detecção da problemática concernente ao desenvolvimento da leitura no estado de Minas Gerais e da proposta de adoção das diretrizes ora apresentadas, pôde-se chegar a algumas ponderações. Assim, é possível projetar algumas possibilidades quanto ao objeto de estudo.

Em princípio, espera-se que as políticas públicas de fomento à leitura no estado sejam elaboradas, baseando-se em indicadores que levem em conta as diretrizes aqui propostas. Desse modo tais políticas deverão buscar a expansão dos locais de prática leitora, indo além do

ambiente escolar. Dentre as possibilidades, estão as iniciativas comunitárias, os clubes de leitura e os diferentes espaços culturais presentes no local.

Almeja-se também que a promoção da leitura por prazer seja uma prioridade em programas educacionais e culturais. Diversas estratégias devem ser implementadas para despertar o interesse e a paixão pela leitura desde a infância, utilizando abordagens criativas e envolventes.

Acredita-se que, a partir de indicadores sociais que levem em consideração a diretriz número 3, a medição da eficiência da leitura seja redefinida. Esta deverá incluir não apenas a decodificação de palavras, mas também a compreensão profunda, análise crítica e reflexão. Assim, as estratégias pedagógicas deverão ser ajustadas para garantir uma abordagem mais holística e significativa.

Outra expectativa é a de que as bibliotecas sejam fortalecidas como ambientes cruciais para o desenvolvimento da prática leitora. Para isso, é sugestivo que esses espaços sejam adaptados para se tornarem mais acessíveis, acolhedores e equipados com recursos diversificados a fim de atender às necessidades variadas de leitores e leitoras.

Ademais é esperado que os projetos de políticas públicas sejam desenvolvidos com base na conscientização da leitura como prática social transformadora. Essas políticas visarão a inclusão e a redução da desigualdade social, enfocando a leitura como uma ferramenta para a promoção da autonomia e para a mudança positiva na sociedade.

Enseja-se, por fim, que as políticas públicas sejam adaptadas para levar em consideração as realidades específicas do público-alvo. Isso envolverá uma abordagem culturalmente sensível, levando-se em consideração as diversidades regionais e sociais. Deste modo, será possível garantir que as estratégias sejam eficazes e relevantes para todos os segmentos da sociedade.

É válido destacar que essas projeções visam criar um ambiente mais propício para a leitura, por meio da promoção de práticas leitoras significativas e conscientização da sociedade sobre o impacto positivo que a leitura pode ter no desenvolvimento individual e social.

## 7.4 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Considerando todo o exposto no capítulo 7, foi possível apresentar a seguinte proposta interventiva (quadro 1), organizada em forma de quadro.

**Quadro 1** - Proposta de intervenção

| Elemento | Proposta |
|---|---|
| Ação | Adoção das diretrizes apresentadas como guia para a criação de indicadores na elaboração de políticas públicas para fomentar o desenvolvimento da prática leitora nos Centros Estaduais de Educação Continuada (CESEC). |
| Agente | Atores sociais e/ou políticos que participam dos processos de formulação de políticas públicas. |
| Modo | Por meio de estudo do ambiente escolar, foco da pesquisa, e capacitação de profissionais, além de discussões inerentes ao processo de aprovação de políticas públicas. |
| Efeito | Desenvolvimento da prática leitora de forma contextualizada<br>Promoção do prazer pela leitura<br>Respeito ao protagonismo dos estudantes<br>Propagação da leitura como prática social para além dos muros da escola.<br>Relevância do papel da biblioteca no processo.<br>Busca da diminuição da desigualdade ao promover o enfrentamento à injustiça social, tendo em vista processo de inclusão das minorias. |
| Detalhamento | A ideia é que a elaboração de indicadores para políticas públicas de leitura voltadas para os Centros Estaduais de Educação Continuada (CESEC), em Minas Gerais, leve em consideração as seguintes diretrizes:<br>1. A leitura é uma pratica que não deve se dar apenas no ambiente escolar.<br>2. A leitura por prazer é o principal motivador para que uma pessoa inicie a sua experiência.<br>3. Para ser considerada eficiente, a leitura deve ir além da mera decodificação de palavras.<br>4. A biblioteca é um ambiente importante no processo de desenvolvimento da prática leitora<br>5. A conscientização da leitura como prática social impulsionadora da mudança social deve constituir o cerne de uma política pública que busca a inclusão e a diminuição da desigualdade social.<br>6. A realidade do público a que a política pública se destina deve ser levada em consideração, visto que esse se caracteriza como protagonista no processo de ensino-aprendizagem. |

A partir do quadro 1, tem-se que a proposta de intervenção apresentada foca na adoção das diretrizes apresentadas como guia para a criação de indicadores na elaboração de políticas públicas destinadas a fomentar o desenvolvimento da prática leitora nos Centros Estaduais de Educação Continuada (CESEC). Para tal, os atores sociais e/ou políticos, envolvidos nos processos de formulação de políticas públicas, deverão promover um estudo aprofundado do ambiente escolar, além de discussões relevantes ao processo de aprovação de políticas públicas.

A elaboração de indicadores para políticas públicas de leitura nos Centros Estaduais de Educação Continuada (CESEC) de Minas Gerais deve ser guiada por diretrizes específicas. Primeiramente, é fundamental que a leitura seja não apenas incentivada, mas integrada à vida cotidiana dos estudantes, ultrapassando os limites escolares. Destacar o prazer como um motivador inicial é crucial para criar uma conexão emocional duradoura com a leitura.

Além disso, a eficiência na leitura não deve ser restrita à mera decodificação, mas também avaliada pela compreensão e interpretação, proporcionando uma abordagem crítica. Reconhecer a biblioteca como um espaço essencial para o desenvolvimento da prática leitora, oferecendo recursos diversos em um ambiente propício, é outra diretriz relevante. A leitura deve ser percebida como um agente transformador social, atuando na promoção da inclusão e no combate à desigualdade. Por fim, é crucial reconhecer os estudantes como protagonistas, levando em conta suas realidades e experiências, integrando-os ativamente no processo de ensino-aprendizagem.

# 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como propósito a elaboração de diretrizes que possam nortear a criação de indicadores para a elaboração de políticas públicas de fomento à leitura. O intuito é que essas políticas públicas sejam voltadas à comunidade jovem e adulta, integrantes da modalidade de ensino implementada nos Centros Estaduais de Educação Continuada (CESEC). Assim, buscou-se preencher uma lacuna identificada no cenário educacional, no ensejo de promover práticas leitoras e desenvolver habilidades de leitura nesse público específico.

Deste modo, buscou-se compreender, por meio do estudo doutrinário, em especial nas áreas da Linguística e da Educação, a concepção a respeito da leitura tanto no ambiente escolar quanto no seio da sociedade, vez que ambos não podem ser dissociados. Tal estudo levou ao entendimento dos conceitos de alfabetismo funcional e de letramento, além da adoção da leitura como uma prática social.

Quanto ao primeiro, o alfabetismo funcional, entendeu-se que ele vai além da mera leitura e escrita, incluindo a aplicação dessas habilidades de maneira funcional na vida pessoal e profissional. Esse conceito, conforme se verificou, aproxima-se ao de letramento, que vai além da decodificação de palavras para abranger a compreensão crítica e reflexiva do conteúdo lido. Já em relação à abordagem da leitura como uma prática social, reconheceu-se que a leitura constitui uma atividade integrada ao tecido social, sendo influenciada pelo contexto cultural, econômico e político.

Ademais, a pesquisa englobou o estudo de alguns cenários ilustradores do público-alvo em questão. Com isso, foi possível visualizar a realidade de jovens e adultos que frequentam os centros educacionais no estado mineiro e constatar/ratificar a importância da prática leitora como forma de impulsionar o processo de inserção social e promoção da igualdade. Verificou-se que, em Minas Gerais, a modalidade semipresencial de Educação de Jovens e Adultos (EJA), conhecida como Centros Estaduais de Educação Continuada (CESEC), apresenta características específicas. Neles, a aprendizagem é predominantemente conduzida pela autonomia de discentes e orientação de docentes.

Diante desse cenário, foi identificada a urgência em descrever indicadores para a formulação de políticas públicas destinadas a jovens e adultos nessa modalidade de ensino nos CESEC em Minas Gerais. Essa necessidade emergiu do fato de se tratar de atendimento a um público economicamente, culturalmente e socialmente diversificado, conforme evidenciaram

pesquisas e diretrizes doutrinárias. Essa diversidade caracteriza-se, em sua maioria, pelo enfrentamento de desigualdades sociais, impactando também a prática da leitura.

Outrossim, a análise dos dados apresentados pelas pesquisas foram fundamentais para se entender cientificamente a conjuntura do estado mineiro no contexto da leitura. Isso corroborou para o entendimento adotado na pesquisa, de forma a melhor delinear as diretrizes aqui sugeridas. Observou-se que, conforme as pesquisas do INAF, do Instituto Pró-Livro e da Câmara Mineira do Livro, os dados referentes à leitura no estado de Minas Gerais pouco diferiram dos dados a nível nacional.

Uma das diferenças observadas foi em relação ao prazer associado à prática leitora. Enquanto que aproximadamente 42% consideram a leitura prazerosa em Minas Gerais, cerca de um terço a consideram a nível nacional. Quanto às práticas no tempo livre, em Minas Gerais, verificou-se que a maioria no estado mineiro prefere a leitura (71,04%), ao passo que a pesquisa nacional destacou as atividades na internet. Entretanto, apesar da aparente maior adesão à prática leitora em Minas Gerais, os índices sugeriram a necessidade de intervenção no ensino-aprendizagem da leitura, com a média mineira de leitores ficando aquém da média nacional.

Nesse sentido, foi possível apresentar uma proposta de intervenção que melhor se adeque ao cenário retratado no presente trabalho, sugestionando a adoção de seis diretrizes consoantes ao estudo ora desenvolvido. É válido destacar, entretanto, que não houve aqui pretensão de esgotamento do tema, tampouco a de taxatividade quanto às diretrizes ora descritas. Trata-se de um recorte científico que visa estimular e contribuir com o pensar crítico a respeito das ações pedagógicas no que tange à prática leitora. Com isso, auxiliar na discussão e elaboração de políticas públicas na área educacional.

Faz-se necessário destacar alguns elementos que, de certa forma, limitaram a pesquisa, tais como a amplitude temática, a vasta possibilidade de abordagem dos temas aqui contemplados e a lacuna de fontes que melhor especificassem e caracterizassem o público-alvo e o contexto de inserção do tema. Diante disso, alguns recortes temáticos despontam como relevantes e até mesmo essenciais, dentre os quais a própria elaboração dos indicadores sociais para a formulação de políticas públicas de fomento à leitura tanto para o público jovem e adulto das EJA, em geral, quanto, especificamente, para os CESEC. Outra possibilidade é a descrição, a partir da aplicação de questionários exclusivamente nos referidos centros de educação, que possam contribui para um entendimento mais profundo a respeito da prática leitora do público-alvo da pesquisa.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABE, S. K. **Retratos da leitura no Brasil**: porque estamos perdendo leitores. 22 set. 2020. Disponível em: < https://www.cenpec.org.br/tematicas/retratos-da-leitura-no-brasil-por-que-estamos-perdendo-leitores>. Acesso em: 08 jul. 2023.

ALVES, L. E. G. de O. et al. **O uso da biblioteca escolar**: buscas para o letramento literário na modalidade CESEC. Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, vol. 6, p. 236-256, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

_____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira** (Inep). Disponível em: < https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/estudos-educacionais/monitoramento-do-pne-mostra-cenarios-da-alfabetizacao#:~:text=Os%20dados%20foram%20atualizados%20pelo,%2C7%25%2C%20em%202020 >. Acesso em: 29 ago. 2023

_____. **Decreto nº 7559**, dispõe sobre o PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA (PNLL). Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.pnll.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2023.

_____. **Decreto-Lei nº 93** de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/12/1937, p. 25.586. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842- publicacao-1-pe.html. Acesso em: 15 jul. 2023.

_____. **Lei nº 10.753** de 30 de Outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. Ministério da Cultura. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/2003/L10.753.htm. Acesso em: 17 jul. 2023.

CAMILLO, E. da S. **Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas**: foco no ODS 4 da Agenda 2030. 2020.

CORDEIRO, M. B. da S. **Políticas Públicas de Fomento à Leitura no Brasil**: uma análise (1930-2014). Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1477-1497, out./dez. 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed,2007.

FIRMINO, C. **A leitura em questão**: Foucambert pela leiturização social. Interatividade. Andradina (SP), v.1, n. 2, 2006.
Disponível em: https://www.lecture.org/ressources/portugais/a_leitura.pdf. Acesso em: 08 jul. 2023.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOUCAMBERT, J. **A leitura em questão**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1994.

FREIRE, P. A importância do ato de ler. *In*: **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
Disponível em:
<https://educacaointegral.org.br/wpcontent/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf> Acesso em: 08 jul. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

**INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL** (INAF), 2018. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/alfabetismo-no-brasil/>. Acesso em: 31 ago. 2023.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO, **Retratos da Leitura no Brasil**. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2018.
Disponível em: <https://prolivro.org.br/wpcontent/uploads/2020/09/5a_edicao_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_IPL-compactado.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2023

JANNUZZI, P. de M. **Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública** – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014. 110p.: il.
Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145410/1/PNAP%20-%20Modulo%20Basico%20-%20GPM%20-%20Indicadores%20Socioeconomicos%20na%20Gestao%20Publica.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2023.

LAKATOS, E. M. MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

LOURENÇO FILHO, M. **O ensino e a biblioteca**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **SIMAVE** – 2022 / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. V. 1 (2022), Juiz de Fora – Anual Conteúdo: Revista de Resultados – Avaliações Trimestrais ISSN 1983-0157

MORAES, R R. de. **Cinco políticas públicas e privadas que ajudam a fomentar a leitura e a literatura no Brasil**. Portal Coletivo Leitor. 30 nov. 2018 Disponível em: < https://www.coletivoleitor.com.br/cinco-politicas-publicas-e-privadas-que-ajudam-a-fomentar-a-leitura-e-a-literatura-no-brasil/>. Acesso em: 08 jul. 2023.

OLIVEIRA, D. P. W. de. **Políticas públicas de fomento à leitura: agenda governamental, política nacional e práticas locais**. 2011. Tese de Doutorado.

RESENDE, M. J. M. de. **O ensino de história e da cultura afro-brasileira e as relações étnico-raciais**: um estudo na educação de jovens e adultos (CESEC, Uberlândia, MG, Brasil). Dissertação 2022. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/701453. Acesso em: 07 jul. 2023.

ROCCO, M. T. F. **Importância da leitura na sociedade contemporânea e o papel da escola nesse contexto**. Ideias, n. 13, p. 37-42, 1992 Tradução. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000832093>. Acesso em: 08 jul. 2023.

RUA, M. das G. **Políticas públicas**. 3 ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]. CAPES: UAB, 2014. Disponível em: < https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/401261>. Acesso em 25 ago.2023.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador**:** AATR, v. 200, p. 09, 2002. Disponível em: <http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspublicas.pdf >. Acesso em: 21 set. 2023.

WERNKE, Z. (org.). **O livro em Minas Gerais – uma pesquisa por regiões sobre o comportamento do leitor**: o que se lê, o que se produz. Belo Horizonte: Câmara Mineira do Livro, 2015.

# ANEXO A – PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA, EM ÂMBITO NACIONAL, APRESENTADAS POR OLIVEIRA (2011)

**Quadro 1 – Principais instituições, políticas e ações do governo federal na área do livro e da leitura**

| Órgãos | Período | Vínculo institucional | Principais objetivos |
|---|---|---|---|
| **Instituto Nacional do Livro** | 1937 a 1990 | Respondeu ao Ministério da Educação e Saúde de 1937 a 1953; ao MEC de 1953 a 1981; à Fundação Pró-Memória (MinC) de 1981 a 1988; e à Fundação Pró-Leitura (MinC) de 1988 a 1990. | – Editar, publicar e distribuir livros;<br>– implantar bibliotecas;<br>– formar recursos humanos qualificados para atuar nas bibliotecas;<br>– coordenar o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. |
| **Serviço Nacional de Bibliotecas** | 1961 a 1969 | Respondeu ao MEC e foi incorporado pelo INL. | Coordenar e promover a integração das bibliotecas públicas. |
| **Fundação Pró-Leitura** | 1988 a 1990 | Respondeu ao MinC | Coordenar as atividades do INL e da Biblioteca Nacional. |
| **Fundação Biblioteca Nacional** | 1990 até o momento | Respondeu Ministério da Educação e Saúde, ao MEC, à Fundação Pró-Leitura (MinC); Secretaria da Cultura da Presidência da República e atualmente está na estrutura do MinC. | – Coordenar o depósito legal do patrimônio bibliográfico e documental do Brasil;<br>– promover o acesso a toda a memória cultural que integra seu acervo;<br>– coordenar o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER);<br>– coordenar o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. |
| **Iniciativas** | **Período** | **Vínculo institucional** | **Principais objetivos** |
| **Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER** | 1992 até o momento | Fundação Biblioteca Nacional (MinC) | – Promover o interesse nacional pela leitura e pela escrita;<br>– promover políticas públicas que garantam o acesso ao livro e à leitura, contribuindo para a formulação de uma Política Nacional de Leitura;<br>– articular ações de incentivo à leitura entre diversos setores da sociedade;<br>– viabilizar de pesquisas sobre livro, leitura e escrita. |
| **Projeto Uma Biblioteca em cada Município** | 1995 a 2002 | Secretaria do Livro e Leitura (MinC) | Ampliar a rede de bibliotecas públicas municipais, através da distribuição de recursos para aquisição de livros, equipamentos e mobiliários. |
| **Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE)** | 1997 até o momento | Secretaria de Educação Básica (MEC) | Promover a distribuição de livros de literatura para escolas públicas de todo o país. |

**Fonte**: OLIVEIRA, Daniela Piergili Weiers de. Políticas públicas de fomento à leitura: agenda governamental, política nacional e práticas locais. 2011. Tese de Doutorado.